



Renivaldo Costa

AS HISTÓRIAS DA HISTÓRIA DO AMAPÁ

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

369

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

A história de um povo nem sempre cabe nos documentos oficiais. Muitas vezes ela sobrevive nas lembranças, nas conversas de beira de rio, nas narrativas transmitidas de geração em geração. *As histórias da História do Amapá* nasce exatamente desse território da memória: onde o fato histórico encontra o relato humano e a experiência coletiva ganha voz.

Neste livro, episódios pouco conhecidos da formação do Amapá reaparecem com vida e densidade narrativa. Disputas internacionais, experiências políticas improváveis, memórias da educação no antigo território, episódios de resistência e personagens que marcaram a cultura e a vida pública local formam um mosaico de histórias que ajudam a compreender a identidade amapaense.

Entre o rigor da pesquisa e o prazer da boa narrativa, a obra conduz o leitor por acontecimentos curiosos, dramáticos e por vezes surpreendentes — do contestado franco-brasileiro às lendas que atravessam a Amazônia. Mais do que revisitar o passado, o livro revela que a memória é também uma forma de compreender o presente e imaginar o futuro de um povo.

Renivaldo Nascimento da Costa é jornalista, escritor e pesquisador dedicado à preservação da memória histórica e cultural do Amapá. Ao longo de décadas de atuação na imprensa e na produção intelectual, construiu uma trajetória marcada pela escuta atenta das histórias que circulam fora dos registros oficiais — aquelas guardadas pela tradição oral, pelas comunidades e pelos personagens anônimos da vida cotidiana.

Com olhar sensível e rigor investigativo, Renivaldo reúne em seus textos elementos do jornalismo, da pesquisa histórica e da narrativa literária. Seu trabalho busca registrar episódios, personagens e acontecimentos que ajudam a compreender a formação social, política e cultural do estado.

Em *As histórias da História do Amapá*, o autor reafirma seu compromisso com a memória coletiva, reunindo relatos, curiosidades históricas e experiências humanas que revelam a riqueza e a complexidade da trajetória amapaense. Mais do que contar fatos, sua escrita procura preservar vozes e experiências que fazem parte da identidade de um povo.

As histórias da História do Amapá

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro

1ª SECRETÁRIA

Senador Confúcio Moura

2º SECRETÁRIO

Senadora Ana Paula Lobato

3ª SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira

4º SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus

Senadora Soraya Thronicke

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Caichiolo

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Miguel Sanches Neto

Nathalia Henrich

Rafael André Vaz Chervenski

Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Renivaldo Costa

As histórias da História do Amapá

Relatos e memórias que não estão nos
livros oficiais

Edições do Senado Federal
vol. 369

Brasília, 2026

SENADO FEDERAL



O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Vaz Chervenski

COORDENAÇÃO DE PRÉ-IMPRESSÃO

Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

Capa: Thomas Gonçalves e Ronaldo Costa Filho

Imagem da capa: Ronaldo Costa Filho

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Cintia Barbosa

Revisão: Marília Coelho e Anderson Gonçalves

Revisão técnica: Joana D'arc Macedo

© Senado Federal, 2026

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

Costa, Renivaldo Nascimento da.

As histórias da História do Amapá : relatos e memórias que não estão nos livros oficiais / Renivaldo Costa. — Brasília : Senado Federal, 2026.

140 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 369)

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5676-728-4

1. Amapá (Estado), historiografia. 2. Amapá (Estado), memória coletiva.
3. Identidade cultural, Amapá (Estado). I. Título. II. Série.

CDD 981.16

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva CRB-1 2102

Para Fernando Canto e Hélio Pennafort, com amizade.

MUITO OBRIGADO

Aos que guardam a memória

Agradeço a cada narrador anônimo, a cada guardião da palavra que, com generosidade, abriu o baú de lembranças e me permitiu transformar histórias em páginas.

Aos familiares e amigos

À minha família, minha esposa e meus filhos, porto seguro em meio às viagens pela história, e aos amigos que sempre acreditaram que este livro seria possível, deixo minha eterna gratidão.

Aos mestres e pesquisadores

Meu reconhecimento aos professores, pesquisadores e memorialistas que, com rigor e paixão, preservam os fragmentos do passado para que o presente não se perca.

Às comunidades e personagens

Às comunidades, quilombolas, ribeirinhas, urbanas e invisíveis, que cederam suas vozes e memórias, transformando este livro num espelho de identidades.

Aos incentivadores do projeto

Agradeço às instituições, parceiros e apoiadores culturais que compreenderam que memória não é luxo, mas necessidade vital de um povo. E neste especial, agradeço ao senador Randolfe Rodrigues, ao professor Charles Chelala e ao escritor Paulo Tarso Barros, grandes incentivadores.

Este livro só existe porque muitos corações se encontraram. É fruto de mãos que escreveram, de vozes que narraram e de ouvidos que souberam ouvir. A todos, minha gratidão infinita.

*“Reunir relatos não oficiais em um livro de memórias é dar voz ao
que a história formal muitas vezes silencia: os detalhes
humanos, as versões múltiplas e os sentimentos que não
cabem nos documentos oficiais.”*

Renivaldo Costa

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
<i>Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial</i>	
APRESENTAÇÃO	19
COISAS DO AMAPÁ	21
Quando o Amapá vira palavra	23
A esquina do rio Amazonas com a linha do Equador	24
Do Oiapoque ao Chuí	26
Curiaú: onde a liberdade criou raízes	28
DO CUMAÚ AO CUNANI	31
A disputa dos europeus pelo Cumaú	33
O contestado franco-brasileiro	35
<i>A terra entre dois donos</i>	
A República do Cunani	37
<i>Uma comédia em dois atos</i>	
EDUCAÇÃO NOS TEMPOS DO TERRITÓRIO	39
O IETA e a lição do exemplo	41
O Grêmio Recreativo dos Universitários do Território do Amapá	44
RESISTÊNCIA E POESIA EM TEMPOS DE ARBÍTRIO	47
Clevelândia do Norte	49
<i>O presídio que a história tentou calar</i>	
Nazistas tentaram colonizar o Amapá	52
O Amapá após o Golpe de 1964	54
<i>Silêncio, vigilância e transições</i>	

MEMÓRIAS AVULSAS	57
O submarino e a cobra Sofia	59
<i>Um conto do tempo da guerra na Ilha de Santana</i>	
A urna de Joaquim Caetano da Silva	61
Luiz Gonzaga e Janary Nunes	63
<i>Uma amizade que ecoou no Marabaixo</i>	
De como Alceu Paulo Ramos assumiu a prefeitura de Macapá	65
Chegada dos pentecostais ao Amapá	67
<i>Fé, coragem e o conflito com Padre Júlio</i>	
A sombra do sol nascente no coração do Amapá	69
O pilão que inspirou o grupo musical	71
 OS DONOS DO PODER	 73
Os apelidos governamentais	75
O engasga-engasga	77
<i>Quando o medo sufocou Macapá</i>	
O impasse entre Collor e Jorge Nova da Costa	80
Os sete constituintes que não assinaram a Constituição do Amapá	82
 PERSONAGENS DO AMAPÁ	 85
A curiosa tela de Fernando Canto	87
Só danço abenetando... ..	90
O Valdez que inspirou o Waldez	92
Obras de Vilanova Artigas no Amapá	94
Cabralzinho realmente foi herói?	97
Chiquinha Gonzaga e a valsa do Amapá	99
Percival Farquhar, o homem que foi dono do Amapá	102
Entre tragédias e festejos	105
<i>A ascensão de Pauxy Nunes</i>	
As polêmicas de Ivanhoé Gonçalves Martins	108
Sacaca, o mestre das ervas	110
As histórias de Hélio Pennafort	112
A história de monsieur Dirran	115
Carlos Cordeiro Gomes, o “segura-o-balde”	118

Walter do Carmo	120
<i>O homem que abriu caminhos e plantou futuro</i>	
João Alberto Capiberibe	123
<i>Um comunista “perigoso”</i>	
Elson Martins	126
<i>A pena que desbravou a amazônia</i>	
Entre códigos e coragem	128
<i>A jornada de Sulamir Monassa</i>	
Anníbal Barcelos, o velho comandante	132
Paulo Guerra, entre as letras e a política	135
 OBRAS CONSULTADAS	 137
 O AUTOR	 139

PREFÁCIO

*Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial*

Há livros que informam. Outros explicam. Outros despertam a imaginação do leitor. Há obras, porém, que cumprem uma tarefa preciosa e necessária: reconstituem a memória coletiva de um povo a partir daquilo que a história oficial deixou à margem. *As histórias da História do Amapá*, do jornalista e escritor Renivaldo Nascimento da Costa, pertence a esta última e indispensável categoria.

Conheço o autor há décadas. Fomos contemporâneos no movimento estudantil, tempo em que acreditávamos — cada um à sua maneira — nos valores da democracia, no respeito às liberdades, na força do diálogo público e na possibilidade concreta de construir um país mais justo, menos desigual e socialmente comprometido. Acreditávamos, também, que a política, a palavra e a ação coletiva eram instrumentos capazes de transformar a realidade. A vida, como costuma fazer, levou-nos por caminhos aparentemente distintos: Renivaldo seguiu o jornalismo, a pesquisa, o ofício paciente da escuta e da escrita; eu, a militância política institucional, os embates no parlamento e na arena pública. O tempo, no entanto, encarregou-se de nos reunir novamente em torno de um mesmo propósito: o resgate da memória e da história do nosso querido Amapá. Este livro é fruto dessa convergência tardia, madura e necessária.

Ao longo de suas páginas, o autor constrói, com notável maestria narrativa e refinada sensibilidade literária, um mosaico de relatos, episódios e personagens que desafiam a linearidade da historiografia tradicional.

Em “Quando o Amapá vira palavra”, o território deixa de ser apenas geografia para se converter em literatura: matéria viva de linguagem, memória e imaginação. Com raro domínio da escrita e apurado senso de composição, Renivaldo articula vozes, referências e experiências que evocam grandes autores como João Ubaldo Ribeiro, Ferreira Gullar, José Sarney e Elson Martins, revelando como o Amapá — tantas vezes tratado como margem — também se inscreve, com força, densidade e singularidade, no centro das grandes narrativas nacionais.

Em “A esquina do Rio Amazonas com a Linha do Equador”, somos lembrados de que Macapá é uma das capitais mais simbólicas do país: cidade-fronteira entre hemisférios, entre ciência e mito, entre o rigor da cartografia e a poesia do equinócio. Já em “Do Oiapoque ao Chuí”, o autor desmonta a aparente simplicidade de uma expressão consagrada, mostrando que ela é menos um dado técnico e mais uma construção afetiva da identidade nacional. Aliás, nunca é demais lembrar: o Amapá, historicamente disputado por grandes potências, é o único estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade e pela luta de seu povo.

O capítulo “Curiaú: onde a liberdade criou raízes” é um dos pontos altos da obra. Nele, memória oral, documentação histórica e identidade quilombola se entrelaçam para mostrar que a liberdade, no Amapá, não foi concessão: foi conquista. Da mesma forma, ao narrar “A disputa dos europeus pelo Cumaú”, “O contestado franco-brasileiro: a terra entre dois donos” e “A República do Cunani: uma comédia em dois atos”, Renivaldo expõe, com rigor e ironia, como o território amapaense esteve no centro de ambições imperiais, farsas diplomáticas e gestos heroicos — entre eles, o de Cabralzinho, figura decisiva na defesa da soberania brasileira.

A educação e a cultura aparecem como eixos estruturantes da identidade local em capítulos como “O IETA e a Lição do Exemplo” e “O Grêmio Recreativo dos Universitários do Território do Amapá”, nos quais se evidencia o papel das instituições formadoras e dos espaços de sociabilidade estudantil na construção de uma consciência coletiva. Nesse sentido, as instituições de ensino do Amapá ocupam lugar estratégico na edificação da nossa comunidade, atuando não apenas como espaços de transmissão de conhecimento, mas também como pilares

do desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental do estado. Ao formar profissionais, ampliar oportunidades e contribuir para a redução das desigualdades, essas instituições produzem conhecimento orientado a um modelo de desenvolvimento sustentável, próprio do território amazônico. Ao articular ciência, inovação e diálogo com os saberes tradicionais, a educação no Amapá afirma-se como instrumento de cidadania, valorização cultural e compromisso com um projeto de futuro inclusivo e enraizado no território.

Já em “Resistência e poesia em tempos de arbítrio”, o autor enfrenta páginas duras da nossa história, como a Colônia Penal de Clevelândia do Norte — um dos episódios mais brutais de repressão da Primeira República — e os reflexos do golpe de 1964 no então Território Federal do Amapá. São relatos que recusam o esquecimento e reafirmam que não há democracia sólida sem memória histórica. Lembrar é um ato de justiça, um compromisso ético com os que sofreram e uma salvaguarda contra a repetição da violência; é na lembrança consciente dos traumas, das rupturas e das dores coletivas que uma sociedade se reconhece, se responsabiliza e reafirma, geração após geração, o seu pacto com a liberdade.

As “Memórias Avulsas” ampliam ainda mais o horizonte do livro, misturando o real e o simbólico, como no episódio do submarino nazista associado, no imaginário local, à lendária Cobra Sofia; resgatando figuras como Joaquim Caetano da Silva; e revelando encontros improváveis entre política, música e cultura popular — entre eles, Luiz Gonzaga e Janary Nunes —, além de outras narrativas que ajudam a compor o tecido vivo da memória amapaense. Vivendo em uma das regiões mais belas e singulares do planeta, o povo amapaense carrega consigo uma vocação natural para a narrativa. Há sempre uma boa história a ser contada — vivida por um amigo, por um vizinho ou pelo próprio narrador — nascida do cotidiano, da memória compartilhada e da relação íntima com o território. São histórias ricas e fascinantes, atravessadas por afetos, lutas, crenças e celebrações, que revelam a diversidade cultural e a força simbólica desta terra abençoada. Muitas delas ultrapassaram o círculo da oralidade: ganharam os palcos do teatro, transformaram-se em canções, inspiraram enredos de escolas de samba e serviram de base

para roteiros de novelas. São narrativas que afirmam a riqueza cultural da nossa gente e demonstram como o Amapá, por meio de suas histórias, inscreve-se de forma viva e criativa no imaginário nacional.

O mesmo ocorre na seção dedicada aos “Personagens do Amapá”, em que nomes como Fernando Canto, Hélio Pennafort, Sacaca, Elson Martins, Sulamir Monassa e Annibal Barcellos, entre tantos outros, ganham densidade humana e histórica — como convém a uma obra que compreende que a história também se faz por meio de biografias, trajetórias e marcas deixadas no cotidiano.

Nada disso seria possível sem a trajetória de Renivaldo Costa. Jornalista, escritor e memorialista, ele pertence a uma linhagem cada vez mais rara: a dos que sabem ouvir antes de escrever. Seu método é a escuta atenta, o respeito às fontes orais e o cuidado em tratar a memória como patrimônio coletivo, não como ornamento. Este livro confirma sua maturidade intelectual e seu compromisso com o Amapá profundo — aquele que não cabe apenas nos arquivos oficiais, mas vive nas margens dos rios, nas conversas de calçada e nas lembranças que insistem em sobreviver.

Prefaciар este livro é, para mim, um feliz e emocionado reencontro com alguém que, assim como eu, ama profundamente esta terra. É também a confirmação de que, apesar dos caminhos distintos, continuamos acreditando no mesmo princípio: sem memória, não há povo; sem história, não há futuro. *As histórias da História do Amapá* é, portanto, um convite à leitura, à reflexão e à responsabilidade de preservar aquilo que somos.

Que este livro circule, provoque, incomode e encante.

O Amapá — e o Brasil — agradecem.

APRESENTAÇÃO

Há livros que nascem para entreter, outros para ensinar. Este, porém, se propõe a algo maior: recuperar memórias, iluminar histórias esquecidas e revelar que o Amapá não é apenas um ponto distante no mapa, mas um território pulsante de cultura, resistência e narrativas que se confundem com o próprio Brasil.

Ao longo destas páginas, o leitor encontrará episódios que parecem saídos de um romance, mas que pertencem à realidade – às vezes dura, às vezes poética – do extremo norte brasileiro. Da República do Cunani, uma república inventada em salões parisienses, à tragédia silenciosa de Clevelândia do Norte; da epopeia de Cabralzinho na defesa da soberania, às raízes de liberdade que se fincaram no Curiaú; do marco imaginário da Linha do Equador ao encontro improvável de submarinos nazistas e lendas amazônicas – tudo aqui se entrelaça num mesmo fio narrativo: o de um povo e de uma terra que insistem em sobreviver e contar sua própria história.

Este livro não é apenas registro, é testemunho. Convida o leitor a caminhar entre memórias, a ouvir vozes de antepassados, a revisitar conflitos e conquistas, e a reconhecer no Amapá uma metáfora do Brasil – país de fronteiras, de encontros, de disputas e de esperanças.

Ler estas páginas é, ao mesmo tempo, uma viagem pela história e um mergulho na identidade. É atravessar o Oiapoque sabendo que ele não é fim, mas começo. É compreender que, na margem do Amazonas, a literatura e a memória encontram sempre um novo porto.

Renivaldo Nascimento da Costa
Escritor e jornalista

COISAS DO AMAPÁ

QUANDO O AMAPÁ VIRA PALAVRA

Há lugares que moram nos livros antes mesmo de ganharem manchetes. O Amapá, com seus rios que falam baixo e suas florestas que escondem histórias, é um desses cantos que, vez ou outra, escapam da margem do Brasil para entrar pela porta da frente na literatura.

João Ubaldo Ribeiro, com seu humor agudo, certa vez brincou com a vastidão amazônica e citou o Amapá como sinônimo de distância e mistério. Em outro tom, mais grave e poético, Ferreira Gullar escreveu sobre o país profundo e intocado, e não é difícil imaginar que pensava na vastidão do Amapá, onde o tempo corre do seu próprio jeito.

José Sarney, que conheceu os bastidores do poder e os silêncios da floresta, mencionou o território em suas crônicas e discursos literários, quase sempre com o olhar de quem viu o Brasil pelos extremos. Dedicou dois livros inteiros ao Amapá: “A terra onde o Brasil começa”, em coautoria com Pedro Costa, e “Saraminda”, romance cujo cenário é a região do contestado logo após a descoberta do ouro em Calçoene.

E Elson Martins, jornalista acreano/amapaense com faro de contador de histórias, percorreu o Amapá com palavras-reportagem, resgatando os esquecidos e os resistentes da fronteira.

O curioso é que o Amapá raramente se impõe – ele se insinua. Está ali, num trecho de um poema sobre o norte, num romance que busca o inexplorado, ou na lembrança de um viajante que cruzou o Oiapoque achando que era o fim, quando na verdade era só o começo.

E assim, entre uma linha e outra, o Amapá vai existindo no papel. Não como pano de fundo exótico, mas como personagem silencioso – denso, verde, molhado de chuva e promessas. Porque quem escreve sobre o Amapá, mesmo sem saber, está escrevendo sobre um Brasil que ainda respira fundo, que ainda sonha no compasso das águas e que insiste, teimoso, em virar literatura.

A ESQUINA DO RIO AMAZONAS COM A LINHA DO EQUADOR

Em 1959, quando o Amapá ainda dava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento urbano, nasceu o primeiro plano diretor do estado. Não foi por acaso: a Companhia de Eletricidade do Amapá precisava organizar a expansão da rede que se alimentaria da recém-projetada Hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Rio Araguari. O sopro de progresso vinha também da instalação da Icomi e do Porto de Santana, que redesenhavam a paisagem econômica da região. Foi nesse cenário que a cidade começou a se pensar, a se planejar, a se projetar para o futuro.

Naquele documento fundador havia uma ideia curiosa e cheia de simbolismo: erguer um monumento no ponto onde a Linha do Equador cruza o majestoso Rio Amazonas. Uma “esquina” entre dois mundos, entre dois hemisférios, entre a geografia e a imaginação. O lugar existe até hoje, no fim da Rua Setentrional, bairro das Pedrinhas. O monumento nunca saiu do papel, mas a proposta ficou como uma espécie de sonho adormecido, esperando a hora de despertar.

E de certa forma, Macapá nunca deixou de carregar esse orgulho singular: ser a única capital brasileira cortada pela Linha do Equador. Mas a linha, afinal, de onde veio?

Lá no século III a.C., o grego Eratóstenes, com apenas a sombra de um poste e o brilho do sol, mediu a circunferência da Terra e traçou uma rede de paralelos. O mundo era pequeno e, para ele, o Equador passava por Rhodes. Mais tarde, no século I, o romano Pompônio Mela dividiu o globo em zonas: uma quente no centro, duas frias nos polos. Só em 1590, no auge das grandes navegações, é que a Linha do Equador ganhou o desenho que conhecemos hoje.

Macapá, elevada à vila em 1758, acabou se tornando a guardiã desse traço imaginário. Única cidade do mundo onde um estádio de futebol,

o Zerão, tem cada lado do campo em um hemisfério. Bola no ataque: hemisfério sul. Bola na defesa: hemisfério norte. Um clássico da geografia transformado em espetáculo do cotidiano.

E há ainda o espetáculo dos céus: duas vezes por ano, em março e setembro, o sol repousa exatamente sobre a Linha do Equador. É o equinócio, quando os dois hemisférios se iluminam por igual e Macapá se torna palco de um fenômeno tão antigo quanto o próprio mundo.

Mas é também aí que os mitos se alimentam. Diz-se que, nesses dias, um ovo pode se equilibrar em pé sobre a linha imaginária. A ciência não confirma, a física não explica. Talvez seja apenas a paciência de quem insiste em tentar. Talvez seja a magia desse lugar onde o real e o imaginário se cruzam.

No fim das contas, Macapá é isto: um ponto de encontro. A esquina do Rio Amazonas com a Linha do Equador. A cidade que vive entre o visível e o simbólico, entre a história que se escreveu e os sonhos que ainda esperam se erguer.



Marco Zero do Equador na cidade de Macapá, provavelmente em 1949.

Fonte: Revista Latitude Zero.

DO OIAPOQUE AO CHUÍ

Há expressões que sobrevivem ao tempo como se fossem parte da alma de um povo. “Do Oiapoque ao Chuí” é uma delas. Mais do que simples palavras, ela guarda o sentimento de grandeza de um país que se estende de norte a sul, unindo extremos em um mesmo território de dimensões quase continentais.

No extremo norte, na fronteira com a Guiana Francesa, repousa o Oiapoque. Cidade próxima à Linha do Equador, cercada de rios caudalosos e de memórias indígenas. Ali viveram os ancestrais dos Waiãpi, que deram nome ao lugar: “oiap-oca”, a casa dos Waiãpi. Também por ali se estabeleceram os Galibi e os Palikur, que ocuparam o vale do Rio Uaçá e seus afluentes. O Oiapoque carrega, assim, a marca da diversidade que molda a identidade brasileira.

No extremo sul, o Chuí se debruça sobre a fronteira com o Uruguai. Entre ventos frios e campos que parecem não ter fim, ele representa o outro lado desse arco imaginário que atravessa o Brasil. Oiapoque e Chuí tornaram-se, então, símbolos de limites, marcos daquilo que cabe dentro do mapa e da imaginação de um povo.

Mas a história guarda sempre suas ironias. Já no início do século XX, os exploradores sabiam que o Oiapoque não era o ponto mais ao norte do Brasil. Em 1931, a expedição do Capitão de Mar e Guerra Brás de Aguiar revelou o Monte Caburaí, em Roraima, 84,5 quilômetros acima do Oiapoque. Ainda assim, a tradição resistiu.

Somente em 1998, com a precisão dos satélites e do GPS, o Monte Caburaí foi oficializado como o verdadeiro extremo setentrional do país. Mas quem, afinal, trocaria o imaginário coletivo por uma medição técnica? O Caburaí é selvagem, inóspito, quase inacessível. O Oiapoque, ao contrário, pulsa com histórias, com gentes, com fronteiras vividas.

Por isso, a frase “Do Oiapoque ao Chuí” continua firme, atravessando gerações. Não é apenas geografia, é memória. Não é apenas medida, é

símbolo. É a lembrança de que o Brasil se estende do calor equatorial às brisas frias do Sul, e que nesse longo caminho cabem não apenas rios e serras, mas também culturas, sotaques e destinos.

E talvez seja isso que a expressão sempre quis dizer: mais do que um limite geográfico, “Do Oiapoque ao Chuí” é a poesia de um país inteiro condensada em quatro palavras.



CURIAÚ: ONDE A LIBERDADE CRIOU RAÍZES

Às margens de lagos e igarapés, a poucos quilômetros de Macapá, repousa o Curiaú – hoje reconhecido como quilombo, mas cuja origem é feita de fios de lenda e documentos, de memória e resistência.

Uns dizem que tudo começou no século XVIII, quando escravizados trazidos para erguer a Fortaleza de São José de Macapá fugiram da opressão e buscaram refúgio na mata. Ali, às margens da várzea fértil, fundaram um mocambo, espaço de liberdade erguido contra o açoite.

Outros contam uma versão mais íntima. Havia um senhor de terras, de nome Miranda, dono de gado e de sete escravizados. Entre eles, Francisco Inácio. Um dia, em busca de mel, Inácio encontrou terras boas para plantar e criar animais. Com a morte do senhor, sem herdeiros, Miranda teria deixado testamento doando tudo aos sete irmãos cativos. Francisco, o mais velho, cuidou da documentação em nome de todos. Daí nasceram famílias, troncos e alianças que, ao longo do tempo, se multiplicaram em ramos – Miranda, Rosário, Silva, Rosa, Pinheiro, Inácio, Ramos, Paixão, Souza, e tantos outros. No Curiaú, até hoje, costuma-se dizer: “aqui, todos somos parentes”.

Até o nome carrega sua poética origem. Alguns moradores lembram que vinha de “criar gado” – o “cria” – misturado ao mugido das vacas. Cria + mu. Criaú. Depois, a língua foi moldando até chegar ao som que conhecemos: Curiaú.

Com o tempo, entre o Curiaú de Dentro e o de Fora, a comunidade foi desenhando um modo de vida próprio. Da terra tiravam mandioca, da floresta, a caça, do rio, os peixes graúdos. Dos santos herdaram a devoção, e de São Joaquim, trazido por Francisco Inácio, nasceu a primeira grande festa, com batuque forte e versos improvisados. Ali a fé se

entrelaçou ao riso, ao canto e à comida farta – a cutia, prato preferido, dividida em panelas comunitárias.

A história, como toda boa memória, nunca é única. Uns lembram do Curiaú como refúgio insurgente; outros, como herança legítima de escravizados que transformaram cativeiro em posse. Mas, em ambas as versões, o fio condutor é o mesmo: a conquista de um espaço onde a liberdade pudesse criar raízes.

Hoje, cercado pela expansão urbana de Macapá e por disputas territoriais, o Curiaú ainda resiste. Sua origem permanece aberta, como as águas do lago que refletem o céu e guardam segredos. E talvez seja essa a maior beleza do lugar: não nascer de uma única história, mas de muitas, que se cruzam como parentesco e se afirmam como identidade.



Tocadores de Marabaixo no Curiaú
(Fotos do Acervo/Coleção Digital/IBGE).

DO CUMAÚ AO CUNANI

A DISPUTA DOS EUROPEUS PELO CUMAÚ

Às margens do Igarapé da Fortaleza, onde hoje se espalha o movimento cotidiano de Santana e Macapá, repousa um pedaço quase esquecido da história. A bacia hidrográfica é pequena, apenas 193 km², mas já foi palco de grandes ambições. Portugueses, ingleses e franceses olharam para aquele pedaço de terra estratégica como quem vê uma chave de entrada para a Amazônia.

Foi nesse cenário que nasceu a lenda do Forte Cumaú. Diz-se que os ingleses o ergueram em 1631, ali, na foz do Igarapé da Fortaleza. Não durou muito. Em 1688, os portugueses destruíram a construção, apenas para depois levantá-la de novo, como quem insiste em marcar presença.

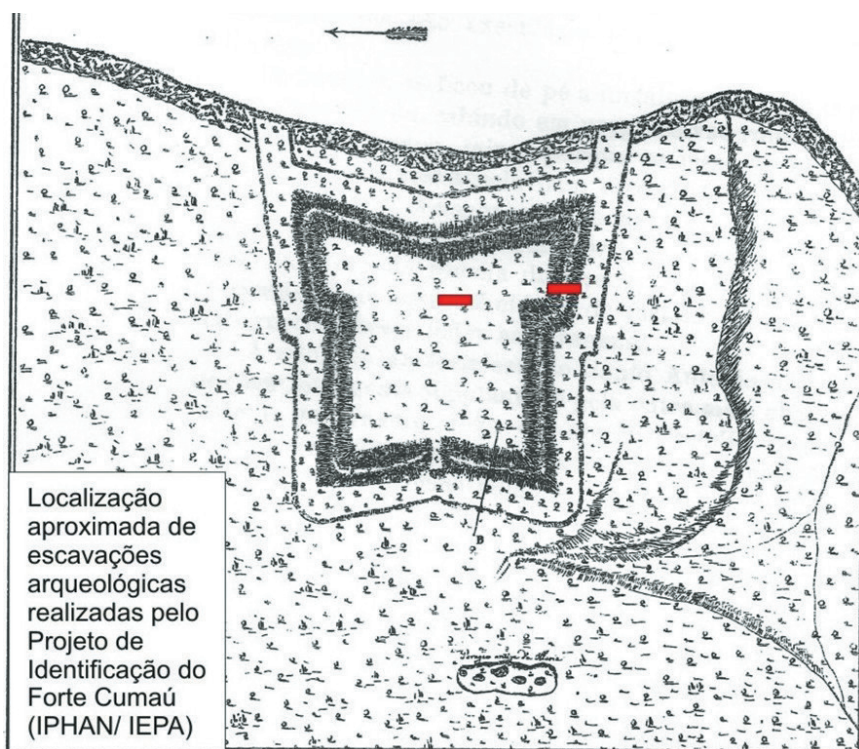
Pouco tempo depois, em 1697, os franceses tomaram o forte – e logo o abandonaram. Entre disputas e abandonos, o Cumaú virou símbolo da pressa e da cobiça com que os europeus disputavam este lado do mundo. De fato, não parece ter sido uma fortificação grandiosa, daquelas capazes de mudar o rumo da história. Mas sua breve existência ajuda a entender como, no período colonial, os portugueses construía uma rede de defesa, tentando assegurar que a Amazônia permanecesse sob sua bandeira.

Séculos depois, em 2013, o Cumaú voltou a despertar curiosidade. Pesquisadores do Iphan e do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá passaram um ano escavando o local. O achado de ruínas, somado a uma antiga iconografia do século XVIII, animou a ideia de que, quem sabe, ali estivesse de fato o lendário forte. Até um movimento pela restauração surgiu.

Mas a história, como sempre, guarda suas ironias. O historiador Fernando Rodrigues e o arqueólogo Kléber Souza são categóricos: aque-

las ruínas não pertencem ao Cumaú, e sim ao Forte de Santo Antônio, erguido mais tarde sobre o mesmo espaço.

Seja como for, Cumaú sobrevive na memória, mais mito do que pedra, mais símbolo do que construção. Ele nos lembra que, muito antes de Santana e Macapá nascerem como cidades, aquele pedaço de chão já era disputado por impérios. Hoje, não restam muralhas, apenas as camadas de história soterradas no bairro da Fortaleza – e a certeza de que o passado insiste em deixar rastros, ainda que em forma de lenda.



O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

A TERRA ENTRE DOIS DONOS

Foi no coração do Amapá que se desenrolou um dos capítulos mais silenciosos e, ao mesmo tempo, mais tensos da história do Brasil: o Contestado Franco-Brasileiro. Uma disputa territorial entre gigantes – França e Brasil – por um pedaço de terra encravado entre o Rio Oiapoque e o Araguari, região rica em recursos naturais e mistérios, onde a linha da fronteira parecia ter sido desenhada a lápis – e bem apagada.

Tudo começou com a ambiguidade do Tratado de Utrecht, assinado em 1713, que determinava que o território ao norte pertenceria à França e ao sul, a Portugal. O problema era: onde exatamente ficava o tal “Rio Japoc” citado no documento? Para os franceses, o Japoc era o Rio Araguari; para os brasileiros, era o Oiapoque. Entre um e outro, quase 260 mil km² de terras em disputa.

Enquanto diplomatas discutiam mapas e tratados, a realidade era outra no chão batido da floresta: franceses avançavam com seus postos comerciais, e brasileiros com suas missões religiosas e seringais. O clima era de quase guerra. Em 1895, a tensão estourou na vila de Espírito Santo do Amapá, onde forças brasileiras lideradas pelo caboclo heroico Francisco Xavier da Veiga Cabral – o lendário Cabralzinho – enfrentaram uma guarnição francesa. Com coragem, estratégia e uma dose de improviso, Cabralzinho expulsou os invasores, capturou oficiais e hasteou a bandeira brasileira no lugar da francesa. Foi um feito que virou símbolo de resistência e afirmação nacional.

Mas a diplomacia ainda tinha que falar. O caso foi levado à arbitragem internacional, e coube à Suíça, mais precisamente ao presidente suíço Walter Hauser, decidir quem tinha razão. O Brasil, com apoio de nomes como o barão do Rio Branco e o jurista Rui Barbosa, preparou uma defesa sólida, baseada em ocupação efetiva e direito histórico.

Em 1900, a decisão foi finalmente anunciada: o território contestado pertencia ao Brasil. Vitória da diplomacia, da astúcia e da persistência. Vitória também de Cabralzinho, que virou herói popular e símbolo da defesa da soberania nacional.

Hoje, o Amapá inteiro é testemunha desse passado. E nas margens do Oiapoque, onde o Brasil começa, o eco da disputa ainda pode ser ouvido nos relatos dos antigos e nos livros de história – como lembrança de que a Amazônia também se defende com bravura, coragem e inteligência.



Mapa do século XIX indicando a área do contestado franco-brasileiro.

A REPÚBLICA DO CUNANI

UMA COMÉDIA EM DOIS ATOS

Houve um tempo, no extremo norte do Brasil, em que entre rios e florestas se ensaiava a ideia de um país próprio – pequeno, exótico e, para muitos, absolutamente improvável. Era a República do Cunani, nascida e extinta duas vezes, como se fosse uma peça em dois atos, encenada com cenários improvisados e elenco estrangeiro.

O palco era a região entre os Rios Oiapoque e Araguari, um território disputado entre Brasil e França. Enquanto as duas nações trocavam papéis e notas diplomáticas, aventureiros viram na indecisão uma oportunidade dourada. Foi então que, em 1885, os comerciantes da pequena Vila de Cunani – habitada por umas 300 almas – resolveram fundar um Estado. Para presidente, nada menos que um francês, Jules Gros, que jamais trocou o casaco elegante de Paris pela umidade amazônica, mas aceitou, com pompa, o cargo de presidente vitalício.

E que governo! Os ministérios não funcionavam na Vila de Cunani, mas sim em Paris – com direito a bandeira, brasão, selos e até moeda própria, que hoje fazem a alegria de colecionadores. Havia também a famosa Ordem da Estrela de Cunani, condecoração vendida a quem quisesse ajudar a “jovem república” – e, claro, o bolso de Gros.

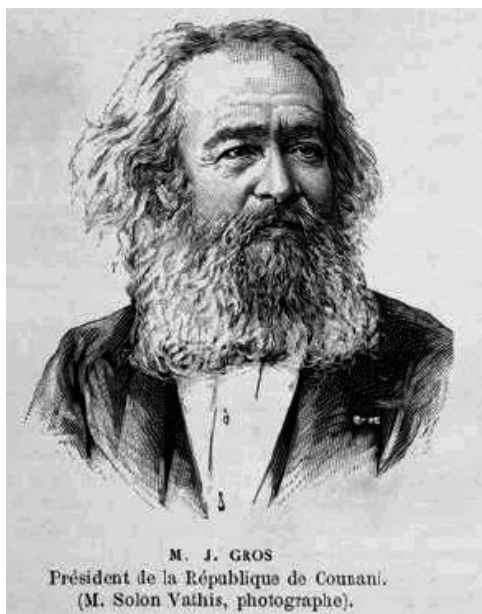
Mas a república tinha mais cara de salão parisiense que de floresta amazônica. Faltava burocracia, faltava gente e, principalmente, faltava seriedade. Até que o governo francês, constrangido com a brincadeira, resolveu dar um basta na aventura. Em 2 de setembro de 1887, Cunani morreu pela primeira vez.

Mas, como boa comédia, sempre há espaço para um retorno triunfal. Em 1902, um novo protagonista entra em cena: Adolph Brezet, francês naturalizado brasileiro, que de Paris também se autoproclamou res-

taurador da República do Cunani. Nomeou ministros, expediu ofícios e sonhou de novo com um país entre o Amazonas e o Oiapoque. Só esqueceu de combinar com o governo brasileiro, que, ao ser informado por Daniel Ferreira dos Santos, enviou a polícia para dissolver a festa. Ministros foram presos, Brezet sumiu no mapa, e a segunda república acabou antes de se firmar.

Foi o Barão do Rio Branco quem melhor resumiu a situação: tudo aquilo não passava de uma “*república de comédia*”, uma farsa nascida em Paris, mais preocupada em vender condecorações e levantar empréstimos do que em governar qualquer território.

E assim se encerra a história da caricata República do Cunani – duas vezes proclamada, duas vezes dissolvida, sempre muito mais viva no papel timbrado e na imaginação de seus “governantes” do que na vida real. Um episódio curioso da história do Amapá, que nos lembra que nem toda república nasce séria – algumas preferem estrear como farsa, com sotaque francês e final previsível.



Jules Gros, autoproclamado presidente da República do Cunani.

EDUCAÇÃO NOS TEMPOS
DO TERRITÓRIO

O IETA E A LIÇÃO DO EXEMPLO

O Amapá, no final da década de 1940, ainda se estruturava como Território Federal. Em meio a carências de infraestrutura, mão de obra e instituições, surgia uma necessidade vital: formar professores. Assim nasceu, em 1949, a Escola Normal de Macapá, embrião do que viria a ser o Instituto de Educação do Território do Amapá (IETA).

Instalada inicialmente sem grandes recursos, a escola logo se tornou referência. O primeiro desafio era monumental: preparar mestres capazes de enfrentar tanto a sala de aula nos bairros periféricos de Macapá quanto as longínquas comunidades ribeirinhas e rurais, onde se exigia não apenas conhecimento pedagógico, mas uma coragem cívica. Não havia como romantizar – o professor formado no IETA deveria ser, ao mesmo tempo, educador, líder comunitário, agente cultural e até conselheiro das famílias.

A partir dos anos 1950, sob influência direta do governo janarista, o IETA passou a ser moldado não só como escola de formação docente, mas como projeto político. O ideal de Janary Nunes era criar um corpo de professores que sustentasse o processo civilizatório em um Território recém-criado. Era a época dos desfiles cívicos, dos símbolos fortes, das cerimônias que traduziam a crença de que educar era também formar cidadãos disciplinados e comprometidos com a pátria.

A década de 1970 marcou a fase da consolidação. Com apoio de instituições nacionais, como o Centro de Recursos Humanos João Pinheiro (CRHJP), o IETA estruturou sua proposta pedagógica de forma mais consistente. Não se tratava apenas de transmitir conteúdos: a grande marca, registrada de forma excepcional na pesquisa do professor doutor João Wilson Carvalho, foi a educação pelo exemplo.

Essa expressão, repetida como um mantra, tinha um sentido prático: no IETA, tudo era um ato pedagógico. Os alunos eram observados não só pelo desempenho acadêmico, mas pelo comportamento, pela postura,

pelo compromisso ético. As diretoras – muitas delas normalistas de formação exemplar – encarnavam esse espírito. A professora Dayse Campos do Nascimento, em seus discursos, insistia que “não se educa senão pelo exemplo, e nós somos aqui professores formando professores”.

O espaço físico também contribuía para essa cultura. O prédio, situado no centro de Macapá, abrigava não apenas as salas de aula, mas também as chamadas Escolas de Aplicação, onde os alunos estagiários podiam vivenciar, sob supervisão, a prática docente desde cedo. Era uma escola dentro da escola, um laboratório vivo em que a teoria se encontrava com a realidade.

O cotidiano era permeado de símbolos: o uniforme impecável, os desfiles de 7 de Setembro e de 13 de Setembro (data da criação do Território), os conselhos de classe participativos, as festas escolares. Cada ritual reforçava a ideia de pertencimento e responsabilidade. Havia uma disciplina coletiva, mais sustentada pela admiração que os alunos nutriam por seus mestres do que por regras autoritárias.

Nos anos 1980 e 1990, o IETA atingiu seu auge. Tornou-se uma escola pública de prestígio, reconhecida nacionalmente por sua seriedade. Seus egressos ingressaram no magistério, na política, na universidade – muitos deles foram fundamentais para a criação da própria UNIFAP. A escola, de fato, irradiava uma cultura de excelência em meio a um estado ainda em formação.

Mas toda história traz suas contradições. Nos anos 1990, em meio ao avanço do pensamento neoliberal e à pressão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o modelo do IETA começou a ser questionado. Afinal, a lei não permitia mais formação de professores apenas no nível médio; exigia formação superior. Ao invés de transformá-lo em instituto universitário, como esperava a comunidade, o governo decidiu extingui-lo em 2005, cedendo seu espaço físico para a recém-criada Universidade Estadual do Amapá (UEAP).

O fechamento não foi apenas administrativo: foi sentido como uma perda afetiva e simbólica. Como lembrou Carvalho em sua pesquisa, muitos ex-alunos declaravam que “o IETA mudou minha vida” ou “sou professor por conta da admiração que eu tinha dos professores do IETA”. O instituto havia se transformado em uma espécie de patrimônio imaterial do Amapá – e, mesmo extinto, deixou marcas na memória coletiva.

O legado resistiu. Parte de seus professores se organizou em grupos de pesquisa e formação continuada, como o Grupo de Educação Continuada (GEC), e até mesmo em publicações como a revista *Religando* – o conhecer ao viver, que buscava manter viva a cultura educacional do IETA.

Olhando em retrospecto, percebe-se que o IETA foi mais do que uma escola: foi um experimento social de longa duração. De 1949 a 2005, atravessou fases de pioneirismo, consolidação, auge, crise e extinção, mas sempre sustentado por uma cultura escolar própria, singular, que se resumia em um princípio simples e poderoso: educar é viver o exemplo.

Hoje, quando a educação pública enfrenta tantos desafios, recordar o IETA é recordar que, no Amapá, houve uma escola que formava mestres não apenas pelo saber técnico, mas pelo modo de ser. Uma escola onde cada gesto cotidiano era uma lição, e onde o ensino, mais que profissão, era missão.



Anos 60. Alunas da Escola Normal, embrião do Ieta. Em pé: Maria Helena, Maria do Carmo, Elcy Lacerda, Heloisa Gasel e Leonice. Agachadas: Zilá Coelho e Áurea Penalber. Acervo de Leonice Santos.

O GRÊMIO RECREATIVO DOS UNIVERSITÁRIOS DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Se você é de Macapá e ainda não conhece a Gruta do Zerão, no bairro Universidade, está perdendo um pedacinho curioso da história urbana e universitária do Amapá. Ali, onde o Igarapé da Fortaleza serpenteia quase escondido, existia, nos anos 70, um cantinho que misturava aventura, lazer e um certo ar de mistério – e que acabaria batizando nada menos que um grêmio estudantil: o GRUTA.

A área, à época, era um descampado com árvores encopadas que formavam uma espécie de gruta natural. Passar por ela já era uma pequena aventura: os jovens precisavam driblar galhos, lama e mosquitos para chegar ao pedaço de paraíso escondido. E o que encontravam ali? Um lugar perfeito para bater uma bolinha, tomar uma cervejinha e, para os mais corajosos, um mergulho no igarapé – banho que nem sempre acabava sem histórias para contar.

Foi justamente a exuberância dessa “gruta” que inspirou um grupo de universitários recém-formados, principalmente engenheiros e arquitetos, a criar o Grêmio Recreativo dos Universitários do Território do Amapá – o famoso GRUTA. Entre os fundadores estavam Edmundo Botelho, Homobono, Salomão Eugable, Deodato, Hercílio Mescouto e Pastana, nomes que hoje soam como história viva da engenharia e arquitetura local.

O que começou como uma desculpa para se reunir, jogar bola e tomar banho no igarapé, acabou virando tradição. O GRUTA se consolidou como espaço de confraternização, risadas e ideias novas, onde a juventude universitária podia deixar a seriedade dos livros e projetos de lado – ao menos por algumas horas – e se aventurar no que a própria cidade ainda oferecia de selvagem e secreto.

Hoje, quem passa pelo bairro Universidade, dificilmente imagina que aquela área de ressaca, com seu braço do igarapé e árvores encopadas, já foi palco de tanta história, encontros e aventuras estudantis. Mas os que viveram a época lembram bem: havia algo mágico em atravessar a gruta, sujar os tênis, molhar os pés e, no fim do dia, sentir que a cidade pertencia, só por algumas horas, a eles.

O GRUTA, afinal, não era apenas um grêmio. Era um pedaço do Amapá que cabia dentro do coração dos universitários – selvagem, divertido e eternamente inesquecível.



RESISTÊNCIA E POESIA EM
TEMPOS DE ARBÍTRIO

CLEVELÂNDIA DO NORTE

O PRESÍDIO QUE A HISTÓRIA TENTOU CALAR

Às margens do Rio Oiapoque, onde uma placa anuncia que “o Brasil começa aqui”, esconde-se uma memória incômoda. Hoje, a vila militar de Clevelândia do Norte parece apenas um ponto remoto no mapa, cercado por floresta, igarapés e silêncio. Mas, entre 1924 e 1926, o lugar foi sinônimo de suplício: a Colônia Penal de Clevelândia do Norte, talvez o mais brutal experimento de repressão da República Velha.

Criado durante o governo Arthur Bernardes, o presídio nasceu sob o disfarce de “colônia agrícola”. A fachada era a da regeneração pelo trabalho; a realidade, um campo de extermínio tropical. Para lá foram enviados militares do movimento tenentista, anarquistas, comunistas, sindicalistas e até indigentes recolhidos nas ruas. O Estado via todos como “fora da ordem”.

No auge, 946 homens foram embarcados rumo ao extremo norte. A viagem já era uma condenação: amontoados em porões fétidos de navios, de dezenove nacionalidades diferentes, chegavam exaustos. Em pouco mais de dois anos, quase metade pereceu. A malária, a disenteria e a fome dizimaram vidas com a mesma eficiência que as punições corporais.

O curioso é que, em meio à engrenagem da violência, havia lampejos de humanidade. Quando um preso morria – e isso acontecia quase diariamente – eram os próprios companheiros de cela que se encarregavam de escrever às famílias. As cartas, publicadas por vezes na imprensa, não descreviam suplícios nem privações; preferiam a solidariedade, como se

quisessem suavizar o impacto da perda, resgatando a dignidade negada pelo cárcere.

Outro detalhe marcante está no trapiche da colônia. A estrutura, necessária para o embarque e desembarque no Rio Oiapoque, foi erguida com o suor e o sofrimento dos próprios detentos. Muitos, febris pela malária, eram obrigados a mergulhar nas águas barrentas carregando sacos de concreto. O cais, símbolo de chegada e partida, tornou-se também metáfora da servidão: construído para conectar o presídio ao mundo, ergueu-se à custa de corpos exaustos e vidas encurtadas.

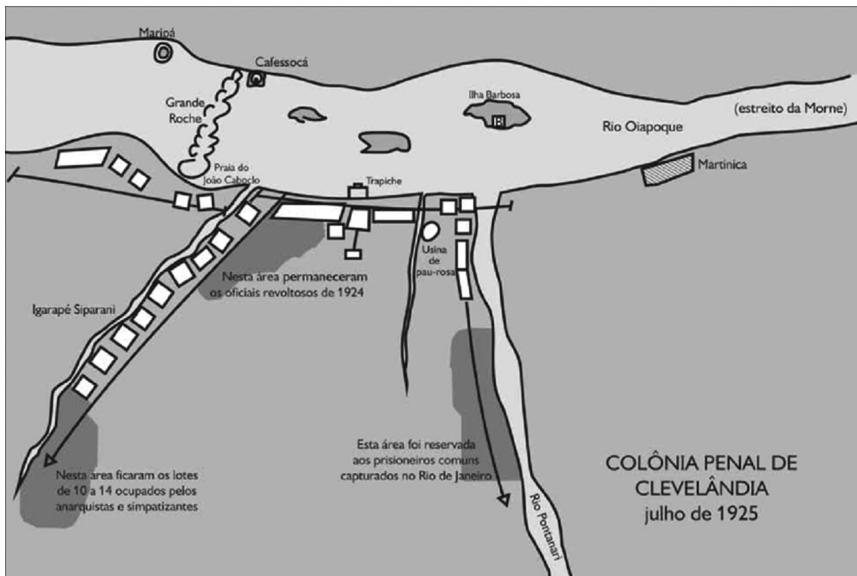
Quando o presídio foi extinto, em dezembro de 1926, não se encerrou a sua história. Pelo contrário: ela ganhou voz nos jornais, que finalmente podiam publicar o que antes fora sufocado pela censura. As manchetes se dividiam. Uns chamavam Clevelândia de “inferno verde”, imagem de suplício e abandono. Outros, mais alinhados ao governo, preferiam descrevê-lo como “comuníssimas plantações de mandioca”, tentando dar ares de normalidade a um lugar que não tinha nada de comum.

Esse embate narrativo refletia o Brasil daqueles anos: dividido entre o velho republicanismo oligárquico e as forças emergentes – tenentistas, anarquistas, comunistas e democratas. Cada jornal lia Clevelândia à sua maneira, mas todos admitiam uma mesma verdade: a prisão fora símbolo de brutalidade e incompetência estatal.

Hoje, quase ninguém em Oiapoque fala de Clevelândia. A vila militar sobrevive, discreta, com algumas famílias civis e a rotina das patrulhas de fronteira. O presídio virou sombra. Mas, de tempos em tempos, pesquisadores e memorialistas resgatam o episódio para lembrar que a história oficial – aquela que glorifica vencedores e apaga vencidos – não é suficiente.

Clevelândia não foi apenas o “cemitério coletivo da República Velha”, como alguns historiadores definem. Foi também um espaço de resistência, onde homens debilitados ainda encontraram força para consolar famílias com cartas, ou para levantar um trapiche que o rio ameaça engolir. Pequenos gestos que desafiaram o silêncio imposto pela repressão.

No fim, é isso que permanece. Clevelândia não se resume às estatísticas de mortos ou às notas de rodapé da historiografia. Ela fala de um país que tentou enterrar seus dissidentes na selva, mas que acabou revelando – mesmo no meio do horror – a teimosia da vida, da palavra e da solidariedade.



Colônia Penal de Clevelândia (julho de 1925). Autor: Carlo Romani.

NAZISTAS TENTARAM COLONIZAR O AMAPÁ



Créditos da imagem: Divulgação/Rede Amazônica e Arquivo Pessoal.

Uma cruz de mais ou menos três metros desperta a curiosidade de quem passa pela cidade de Laranjal do Jari, no Amapá. Ela pode ser observada à distância, ainda por quem navega pelo Rio Jari, a única entrada possível para a região. Contendo uma suástica, mais curiosa ainda é a origem do grande monumento, que remonta aos anos 1930.

Naquela época, ideologias de extrema-direita tentavam se expandir para além de seus berços. No caso do nazismo, os alemães montavam comitivas a fim de levar o pensamento dominante do país para outras localidades. Mas quem imaginaria que eles iriam até a Amazônia para realizar tal plano?

Na década de 1930, o alemão – com origens brasileiras – Joseph Greiner, ao lado de outros integrantes de sua organização nazista, veio para o interior do Amapá e permaneceu no local por pelo menos dois

anos. Com o intuito de estudar a região, três pesquisadores vieram em um avião, que quebrou e representou o primeiro problema dos europeus em terras brasileiras.

Acredita-se que Greiner tenha vindo morar no Brasil antes da expedição, que ficou conhecida como Expedição Jari. “Ele veio ainda adolescente pro Brasil, com 15 anos. Não se tem uma idade exata, mas ele tinha mais de 30 anos quando faleceu em janeiro de 1936. Ele era uma pessoa que não tinha família, não era casado, era solteiro, e não deixou filhos também”, explicou Edivaldo Nunes, historiador da Universidade Federal do Amapá.

O pesquisador teria sido contratado pelo governo alemão para facilitar a comunicação entre os dois diferentes povos. Mesmo que possa ter ajudado no diálogo entre os moradores da região – em maioria, indígenas – e os germânicos, não durou muito tempo no local. A grande cruz leva seu nome: “Joseph Greiner morreu aqui de febre em 2 de janeiro de 1936 a serviço da pesquisa alemã”, dizem os escritos.

Com “pesquisa alemã” podemos entender um projeto secreto de colonização nazista em plena Amazônia brasileira. A sepultura do alemão revelou como Hitler queria ocupar terras na região, como aconteceu com a Guiana Inglesa e Francesa, por exemplo.

A possível colônia latino-americana foi estudada por 17 meses. Nesse período, os cientistas obtiveram informações sobre a fauna e flora da região, além de dados sobre as culturas indígenas que vivam ali. Existem fotos que mostram os encontros dos europeus com a tribo Aparai, por exemplo.

O projeto, no entanto, não foi para frente. Greiner, como é possível atestar com a enorme cruz em sua homenagem, faleceu devido à febre, provavelmente malária em 2 de janeiro de 1936. Os outros integrantes da comitiva também foram atingidos com inúmeras doenças ao longo do tempo que estiveram aqui. Malária e difteria também faziam parte do cenário enfrentado por eles.

Eles voltaram à Alemanha carregando crânios e dados sobre centenas de espécies de mamíferos, répteis, anfíbios e aves da localidade. Os pesquisadores também levaram as fotos e vídeos que fizeram durante sua estada no Brasil.

O AMAPÁ APÓS O GOLPE DE 1964

SILÊNCIO, VIGILÂNCIA E TRANSIÇÕES

O golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart e instituiu uma ditadura civil-militar no Brasil, também causou reflexos profundos no então Território Federal do Amapá. Apesar da distância geográfica do centro político do país, Macapá – capital do Território – não permaneceu imune às tensões políticas e às reconfigurações do poder que marcaram aquele período sombrio da história nacional.

À época, o governador do Amapá era Terêncio Furtado de Mendonça Porto, ligado a Janary Nunes, militar nomeado desde novembro de 1962. De pronto, Terêncio pediu orientações a Janary sobre a postura a ser adotada. Ele orientou o mandatário a prestar apoio ao presidente deposto, pois supunha que o levante seria logo revertido. E assim foi feito. Dois dias depois ao perceber que a instalação do governo militar era irreversível, deu nova orientação a Terêncio, para que ele saudasse as Forças Armadas pela atitude de assumir o poder. Mas aí já era tarde.

Em 7 de maio de 1964, assumia o governo do Território Luís Mendes da Silva, que ficaria no cargo até abril de 1967. Seu governo ficou marcado pela instalação de uma rígida estrutura de controle administrativo e ideológico. Uma das medidas simbólicas foi a repressão sobre figuras públicas consideradas “inconvenientes” ou “subversivas” ao novo regime. Um caso emblemático foi o do então prefeito de Macapá, Renée de Azevedo Limmounche, que fez críticas ao governo territorial. As críticas lhe custaram o cargo: foi afastado, preso e posteriormente exonerado, juntamente com outros membros da administração municipal.

No campo político, o ambiente era de temor e autocensura. A vigilância do governo federal sobre os territórios era intensa, e qualquer sinal de insubordinação era rapidamente sufocado. Os jornais amapaenses passaram a publicar notas laudatórias ao regime, e o ambiente cultural sofreu um arrefecimento, típico do início da ditadura.



1967 – Inauguração do Grupo Escolar Amapá. Governador Luís Mendes hasteia a bandeira. Acervo do memorialista João Lázaro.

A POSIÇÃO DE JANARY NUNES

Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Território Federal do Amapá (1944–1956) e figura central na formação do estado, já não estava mais à frente do governo quando o golpe foi deflagrado. Entretanto,

sua presença e influência política continuavam marcantes na sociedade amapaense.

Ligado historicamente ao trabalhismo e a Getúlio Vargas, Janary transitava com habilidade entre diferentes forças políticas. Em 1964, adotou uma postura discreta, evitando confrontos diretos com os militares, mas nunca se associando entusiasticamente ao regime autoritário. A posição de Janary foi, sobretudo, de resguardo. Ele compreendia os riscos de exposição pública e preferiu manter-se afastado dos embates diretos, preservando sua biografia e sua influência para momentos mais estratégicos.

Ainda assim, os militares que assumiram o poder passaram a ver Janary com desconfiança, justamente por seu legado de liderança popular e por sua ligação com um modelo de desenvolvimento regional que valorizava a autonomia local. Isso fez com que seus aliados fossem gradativamente afastados das principais posições no governo territorial.

Nos anos seguintes, Janary continuaria atuando nos bastidores da política amapaense, influenciando grupos locais e mantendo seu prestígio, mesmo sob vigilância dos órgãos de repressão. Sua habilidade em não se opor frontalmente ao regime – mas também em não se curvar a ele – garantiu sua longevidade como figura política respeitada.

MEMÓRIAS AVULSAS

O SUBMARINO E A COBRA

SOFIA

UM CONTO DO TEMPO DA GUERRA NA ILHA DE SANTANA

Nos dias da Segunda Guerra Mundial, o mundo parecia distante do silêncio verde das ilhas do Amapá. Mas até ali, no coração do Rio Amazonas, a guerra soprou suas histórias. Uma das mais curiosas – misto de medo, verdade e lenda – é a do submarino nazista avistado nas águas próximas à Ilha de Santana, confundido, segundo os mais antigos, com a lendária cobra Sofia.

Corria o ano de 1943. Numa noite abafada, pescadores da costa viram surgir das águas escuras uma sombra metálica, longa, silenciosa, que cortava o rio com precisão. Era algo que nunca haviam visto: não era barco, não era bicho, mas parecia estar vivo. Alguns fugiram, outros correram ao padre, e logo a notícia se espalhou: a cobra Sofia havia voltado.

Mas não era bem isso. Segundo relatos de militares da época e moradores mais atentos, o que emergiu ali não foi uma lenda amazônica, mas sim um submarino alemão. Há registros não oficiais de que submarinos nazistas realmente navegaram pelos arredores da foz do Amazonas, em missões de espionagem e reabastecimento, buscando minérios estratégicos ou interceptando navios aliados.

Na confusão da noite e da cultura ribeirinha, o casco negro do submarino foi tomado por escamas, a torre por cabeça de serpente, e a fantasia encontrou terreno fértil. O medo virou conversa de beira de fogão, de festas de santo e rodas de causos: a cobra Sofia, guardiã dos rios, teria dado sinal de que não gostava de estrangeiros metidos nas suas águas.

Com o tempo, o submarino desapareceu – afundado, recolhido, ou talvez tenha sido apenas uma sombra no delírio da guerra. Mas a história ficou. Em Santana, até hoje, alguns mais velhos juram que ouviram o ronco metálico vindo do fundo do rio e que não era de embarcação humana. Já outros, mais céticos, preferem acreditar que era mesmo um *U-boot* alemão – e que a cobra Sofia só entrou na história porque, no fundo, os homens precisam da fantasia para lidar com o medo.

E assim, entre o real e o inventado, o submarino nazista virou serpente, e a Ilha de Santana, por uma noite, foi palco de uma guerra que o Brasil quase esqueceu – mas que a Amazônia, com sua memória encantada, jamais deixou desaparecer.



Imagem de um submarino alemão na época da Segunda Guerra Mundial. Ela pode explicar a origem da lenda de uma suposta cobra grande que estaria debaixo da cidade de Santana-AP, conforme os antigos acreditavam.

A URNA DE JOAQUIM CAETANO DA SILVA

Há mais de setenta anos, os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva vivem uma espécie de espera silenciosa no Amapá. Professor, diplomata, publicista, natural de Jaguarão, Rio Grande do Sul, ele faleceu em 1873, em Niterói, Rio de Janeiro, sem imaginar que, décadas depois, seu corpo viajaria para o extremo norte do Brasil, em busca de reconhecimento e, sobretudo, de um mausoléu que nunca se ergueu.

O episódio de sua chegada à então capital do Território do Amapá, em outubro de 1953, foi digno de pompa histórica. Duas embarcações da Marinha, o Beberibe e o Bracuhi, fundearam próximas ao Trapiche Major Eliezer Levy, trazendo, além da urna de Caetano, a de Dário Cordeiro Jassé, professor e chefe escoteiro, e uma urna com terras de Jaguarão. O Trapiche, a Fortaleza de São José, as ruas da cidade, tudo se transformou em palco de solenidade. Salvas de 21 tiros, banda de música, tropa formada, escoteiros, estudantes, clubes, associações, povo: Macapá parecia parar para receber aquele tributo.

O cortejo seguiu com ritual quase cerimonial: carros empurrados por militares e escoteiros percorriam ruas ornamentadas, passando por avenidas que hoje conhecemos por outros nomes, margeando igarapés e pontes de madeira, até adentrar a Fortaleza. Lá, a urna foi instalada em câmara ardente na capela de São José, à espera de um monumento que parecia sempre adiar sua concretização.

O governador Janary Nunes, emocionado, discursou com patriotismo, exaltando os feitos do patrono da cadeira nº 19 da Academia Brasileira de Letras, cuja importância histórica se estendeu até o Barão do Rio Branco, em 1900, na defesa da fronteira com a Guiana Francesa. À noite, a Academia Amapaense de Letras promovia sessão solene no Cine Teatro Territorial, com recital e discursos, enquanto a cidade ainda resplandecia sob o clima de civismo e orgulho cívico.

Mas, como tantas promessas que nascem sob aplausos e bandeiras, o mausoléu jamais se concretizou. Projetos foram apresentados por Flores da Cunha, por Portugal Tavares; pareceres aprovados, verbas solicitadas, mas nada avançou. A urna perambulou por diferentes espaços, esquecida em salas, museus e capelas, chegando até a sofrer profanações ocasionais. Hoje, repousa num pequeno espaço no Museu que leva seu nome, ao lado de outros testemunhos da história amapaense, enquanto Dário Cordeiro Jassé permanece na Fortaleza, silencioso, em sua reserva técnica.

Setenta anos depois, a urna de Joaquim Caetano da Silva ainda nos lembra de que a história é feita de espera e de reconhecimento tardio. Que seu mausoléu jamais tenha saído do papel não diminui sua grandeza: seus estudos garantiram a soberania brasileira na fronteira do Oiapoque e transformaram seu nome em patrimônio intelectual do país. E ali permanece, entre o silêncio das paredes e o murmúrio do público do museu, como um lembrete de que certos homens atravessam o tempo mesmo quando seu descanso final ainda aguarda a concretização de uma promessa.



Urna funerária com os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva, que dá nome ao museu histórico. Foto: Ugor Feio/G1.

LUIZ GONZAGA E JANARY NUNES

UMA AMIZADE QUE ECOOU NO MARABAIXO

O encontro entre Luiz Gonzaga e Janary Gentil Nunes não foi apenas uma junção de destinos, mas o entrelaçar de duas histórias que, até hoje, reverberam nas terras do Amapá.

Na década de 1940, Luiz Gonzaga, ainda soldado no Exército, conheceu Janary Nunes, então capitão. Essa amizade floresceu e, anos depois, Janary, já governador do Território Federal do Amapá, convidou Gonzaga para se apresentar em Macapá. O cantor aceitou o convite e, ao chegar, foi recebido com honras militares, incluindo uma banda executando um dobrado em sua homenagem. Gonzaga ficou profundamente tocado por essa recepção.

Durante sua estada, Gonzaga teve contato com a cultura local e, especialmente, com o marabaixo, uma manifestação afro-brasileira típica do Amapá. Inspirado por essa experiência, ele adaptou o “ladrão de marabaixo”, uma das músicas tradicionais, incorporando elementos do baião, gênero musical que o consagrou. Essa versão, que ficou conhecida como “Aonde tu vais, rapaz?”, foi gravada em 1975 e tornou-se um marco na fusão das culturas nordestina e amapaense.

A relação entre Gonzaga e Nunes não se limitou à música. Gonzaga, com seu carisma e talento, ajudou a promover a cultura do Amapá para o restante do Brasil. Sua amizade com Janary simboliza a união de duas forças culturais que, juntas, enriqueceram o cenário musical brasileiro.

Hoje, ao ouvir “Aonde tu vais, rapaz?”, podemos sentir a essência dessa amizade e da troca cultural que marcou a história do Amapá. Uma história de respeito, admiração e, acima de tudo, de música que atravessa gerações.



Luiz Gonzaga em show no Teatro Castro Alves, em 1979.

DE COMO ALCEU PAULO RAMOS ASSUMIU A PREFEITURA DE MACAPÁ

Era 26 de maio de 1965, e Macapá se via no meio de uma dessas pequenas tempestades administrativas que só a política consegue criar. Alceu Paulo Ramos assumia interinamente a Prefeitura da capital do Território do Amapá, em circunstâncias que pareciam tiradas de um enredo curioso de bastidores do poder.

O prefeito de então, Renée de Azevedo Limmounche, havia tomado posse em agosto de 1964, mas seu relacionamento com o governo do Território era tenso. Em público, Limmounche criticava abertamente o aparato policial montado pelo governador Luís Mendes da Silva para investigar funcionários da Prefeitura. Críticas que, em tempos de hierarquia rígida e olhares atentos, não eram bem-vindas.

No dia 11 de junho de 1965, Limmounche seria exonerado e preso por 60 dias. Mas, como lembra o jornalista Ernani Marinho, não se tratava apenas de censura à crítica: um inquérito administrativo apontou irregularidades na compra de uma estrutura metálica e na construção da antiga garagem municipal. Com ele, também foram presos e demitidos o secretário municipal de obras, responsável direto pela obra, e o tenente Uadih Charone, que exercia a Secretaria de Administração.

No meio desse turbilhão, Alceu Paulo Ramos surgiu como figura de confiança e estabilidade. Contador e amigo de Heráclito Costa, pai do narrador desta memória, Alceu assumiu o cargo interinamente, guiando a Prefeitura até a posse de Alfredo Oliveira, o Cabo Alfredo, em julho de 1965.

Uma fotografia da época, que integrava o acervo de Ernani Marinho Ferreira, captura a visita dos administradores do Território à Cachoeira do Paredão – ainda sem a hidrelétrica que só seria inaugurada 11 anos

depois, em 1976. A imagem reúne, em sentido horário, nomes que marcaram a administração do período: Alfredo Távora (Agricultura), Alceu Paulo Ramos (Prefeitura de Macapá), José Maria de Barros (Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo), Ernani Marinho (Gabinete do Governador), João Soares Filho (Administração e Finanças), Amaury Farias (abaixado e de lado, Estradas), Agostinho Souza (Rádio Difusora de Macapá), Ezequias Assis (Imprensa Oficial) e Olopércio Franco (Serviços Industriais).

Alceu Paulo Ramos, naquele curto período à frente da Prefeitura, não apenas ocupou um cargo, tornou-se ponte entre a ordem e o caos administrativo, mantendo uma cidade em movimento mesmo em meio à turbulência política. E, para os que lembram, a memória da amizade, da confiança e do compromisso com a cidade permanece viva, atravessando gerações, como registram aqueles que estiveram ao seu lado naquela fotografia histórica.



CHEGADA DOS PENTECOSTAIS AO AMAPÁ

FÉ, CORAGEM E O CONFLITO
COM PADRE JÚLIO

Em 1916, o Amapá ainda era uma terra distante, onde o catolicismo predominava e as tradições religiosas eram profundamente enraizadas. Nesse cenário, um homem de fé inabalável e coragem singular chegou a Macapá com um propósito claro: propagar a mensagem do evangelho segundo a doutrina pentecostal. Seu nome era Clímaco Bueno Aza. Natural da Colômbia, Clímaco se converteu ao cristianismo em Belém do Pará em 1913. Influenciado pelos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da Assembleia de Deus no Brasil, ele se tornou um fervoroso evangelista e colportor, percorrendo vastas distâncias a pé e de barco para disseminar as Escrituras e pregar a palavra de Deus.

Ao chegar a Macapá em 26 de maio de 1916, Clímaco iniciou sua missão com entusiasmo, distribuindo bíblias e folhetos, e realizando visitas domiciliares para compartilhar sua fé. No entanto, sua presença não foi bem recebida por todos. O padre Júlio Maria de Lombaerde, vigário da cidade e figura influente na comunidade católica local, viu nas ações de Clímaco uma ameaça à ordem religiosa estabelecida. Acusando-o de semear discórdia religiosa, padre Júlio ordenou que o delegado-geral o encarcerasse na Fortaleza de Macapá.

Apesar da repressão, Clímaco não se deixou abater. Buscando respaldo legal para sua missão, ele obteve um alvará de soltura do juiz titular da comarca de Belém, João Batista de Miranda, que reconheceu seu direito constitucional de liberdade religiosa.

Com o respaldo jurídico, Clímaco retornou a Macapá e, em junho de 1917, fundou a primeira Assembleia de Deus na cidade, realizando o primeiro culto em uma residência cedida pela família Araújo. Esse

ato pioneiro marcou o início da presença pentecostal no Amapá, que, apesar das adversidades, floresceu e se consolidou ao longo dos anos.

A história de Clímaco Bueno Aza é um testemunho de fé, perseverança e coragem diante da adversidade. Sua missão no Amapá não apenas introduziu uma nova vertente religiosa na região, mas também evidenciou a importância da liberdade religiosa e da coragem de indivíduos que, movidos por sua fé, desafiaram as normas estabelecidas para propagar suas crenças.



Um dos poucos registros de Clímaco Bueno Aza. Museu da Assembleia de Deus em Belém (PA).

A SOMBRA DO SOL NASCENTE NO CORAÇÃO DO AMAPÁ

Em setembro de 1953, o porto de Macapá testemunhou uma cena inédita: um grupo de homens, mulheres e crianças desembarcava trazendo nos olhos o brilho distante do Japão e nas mãos as promessas de uma nova vida. Eram os primeiros imigrantes japoneses a chegar ao Território Federal do Amapá, vindos no navio África-Maru, após deixarem Kobe em busca de horizontes na Amazônia.

O governador Janary Nunes, arquiteto de um projeto de modernização para o recém-criado Território, apostava na disciplina agrícola e no conhecimento técnico dos nipônicos. Distribuiu terras em colônias como Matapí, Fazendinha e Mazagão Novo. Em troca, esperava que deles brotassem seringueiras, cacau, arroz, hortaliças – e, com isso, o progresso. Mas a realidade não foi tão simples quanto as promessas. A floresta ofereceu solo fértil, mas também malária, enchentes e isolamento. As colônias se ergueram com suor e improviso. Aos poucos, as casas japonesas – as *minkas* – começaram a nascer. Não eram templos, mas abrigos: paredes de barro e palha moldadas na técnica do *tsuchikabe*, beirais largos que guardavam da chuva amazônica, coberturas em duas ou quatro águas adaptadas para que o vento circulasse. Era o Japão reinventando-se em madeira de açaí e palha de babaçu.

As primeiras colheitas surpreenderam. Arroz, batata-doce, alface, pepino, cana, tabaco: a mesa amapaense ganhava novos sabores. No entanto, a distância do Japão não era apenas geográfica. As promessas de escolas, assistência médica e recursos nunca se cumpriram plenamente. Muitos imigrantes partiram, buscando em São Paulo ou no Pará melhores condições de vida. Ficaram poucos – mas suficientes para deixar marcas na paisagem e na cultura.

Hoje, as casas sobreviventes – algumas ainda de pé em Porto Grande ou Mazagão – contam silenciosamente essa história de adaptação e resistência. Nelas, a memória se mistura: o vento que atravessa as frestas da madeira não é o mesmo que soprava no Japão, mas carrega o mesmo desejo de sobrevivência.

A imigração japonesa para o Amapá não foi um grande sucesso econômico, como sonhavam as autoridades. Foi, antes, um gesto humano de coragem diante do desconhecido, uma tentativa de plantar raízes em solo distante. Entre vitórias e fracassos, os colonos nipônicos nos ensinaram que toda imigração é uma arquitetura: constrói-se entre ausências e presenças, entre a tradição que insiste e o lugar que exige transformação.

E assim, no silêncio das casas de palha e madeira, o sol nascente encontrou um pouso no coração úmido da Amazônia.



Filhos de colonos japoneses em frente à escola no Município de Mazagão (AP) – 1953.

O PILÃO QUE INSPIROU O GRUPO MUSICAL

Dizem que toda história começa com um gesto simples. A do Grupo Pilão começou com um gesto pesado – literalmente. Na véspera do IV Festival Amapaense da Canção, Fernando Canto fez sua própria maratona, não de corrida, mas de cultura.

Com um pilão de mais de 30 quilos às costas, percorreu o caminho do bairro Jacareacanga até o Morro do Sapo, no Laguinho, depois de pedi-lo emprestado à dona Tertuliana. Era só um pilão, mas naquele dia virou instrumento de música, de protesto e de identidade.

O objeto, normalmente destinado a socar temperos, passou a socar ritmos. Foi transformado em percussão para acompanhar “Geofobia”, música de Fernando e Jorge Monteiro, classificada para o festival. Ao lado de seu irmão Juvenal e do amigo Bi Trindade, Fernando subiu ao palco e fez história: nascia ali, em 25 de setembro de 1975, o Grupo Pilão. Bi, por sinal, foi o primeiro “pilonista” do mundo, um título que até hoje arranca sorriso de quem conta essa história.

Naquela noite, não houve troféu. Mas houve vaia, passeata, gritos de protesto na frente da Rádio Difusora. O Laguinho inteiro saiu em defesa dos rapazes que ousaram misturar tradição e modernidade. Carregavam o pilão como estandarte e gritavam contra o “júri caduco”, como noticiou o Jornal do Povo. Era o começo de algo maior: a afirmação de uma identidade musical, de um povo que não aceitava ficar calado.

O tempo correu. Vieram shows em Caiena, Belém, Maceió, Brasília. Vieram a gravação de discos, os projetos nas escolas, as apresentações nas praças, nos clubes, nas ruas e até na penitenciária – porque música é liberdade. Vieram os aplausos e as dificuldades, o reconhecimento popular e a luta constante para manter viva a chama da cultura amapaense.

No meio dessa trajetória, a saudade se fez presente. Bi Trindade partiu, mas segue ecoando em cada batida de tambor. Tito Melo também nos deixou, e sua lembrança é companheira de palco. Mais recentemente, perdemos o poeta Fernando Canto, que durante muitos anos foi guardião da memória do grupo que ajudou a fundar, mantendo firme o compromisso de mapear e cantar o Amapá.

Hoje, o Grupo Pilão é mais do que um grupo musical: é um símbolo de resistência, de criatividade e de amor pela cultura amazônica. E, enquanto estas linhas são escritas, ele completa 50 anos de existência. Cinquenta anos desde aquele dia em que um pilão de madeira virou instrumento e deu nome a uma história que não cansa de inspirar.



Capa do Jornal do Povo de 27 de setembro de 1975 narrando a repercussão da primeira apresentação do Grupo Pilão.

OS DONOS DO PODER

OS APELIDOS GOVERNAMENTAIS

Oficialmente, ninguém ousa chamar um governador por apelido. É título demais, pompa demais, reverência que se exige. Mas basta uma mesa de bar, umas doses a mais, e os poderosos logo ganham nomes que circulam nos bastidores como se fossem personagens de anedota. No Amapá, não foi diferente.

O capitão Janary Nunes, o homem que governou o Território de 1944 a 1956, por exemplo, aqui era tratado com respeito militar. Mas no Pará, entre adversários e colegas de trincheira política, tinha um apelido que o irritava profundamente: “Napoleão do Tucupi”. O autor da graça? Magalhães Barata, o todo-poderoso paraense. A comparação era cruel: um generalzinho ambicioso temperado com molho típico da terra. É claro que Janary não achava graça nenhuma, e o apelido ficou quase secreto deste lado do rio.

Já Amílcar Pereira, que assumiu o governo em 1956 por indicação do próprio Janary, foi vítima de sua própria cautela. Tinha medo de assinar papel errado, de cometer deslize, de manchar a confiança que lhe fora depositada. Cada decisão virava uma novela, e o governo, uma fila de espera. Resultado: saiu de cena carregando um apelido preguiçoso – literalmente. Para os íntimos e para os críticos, Amílcar não era mais o governador, mas sim “Preguiça”.

Na sequência, com a morte de Coaracy Nunes e a saída de Amílcar para disputar vaga de deputado, quem assume é Pauxy Gentil Nunes, entre 1958 e 1961. Pauxy era boêmio assumido, e a oposição, que nunca perdoa, tratava de reforçar a fama. A Folha do Povo passou a chamá-lo de “Xixito”, um apelido que cheirava mais a roda de samba do que a palácio governamental. Ainda assim, foi sob o governo dele que nasceu o primeiro plano de desenvolvimento do Amapá. Ou seja: entre uma serenata e outra, Pauxy deixou sua marca.

A história, porém, guardou um final mais pitoresco. Em 1961, por apenas sete meses, o pernambucano José Francisco de Moura Cavalcante desembarcou por aqui, nomeado por Jânio Quadros. Cabelos engomados com vaselina, topete à la Itamar Franco, sorriso fácil, discursos envolventes. Os amapaenses, criativos como sempre, não tiveram dúvida: batizaram-no de “Zé Bonitinho”. E o mais curioso é que, ao contrário dos anteriores, Cavalcante adorou o apelido. Saiu daqui achando que tinha virado galã de novela.

E assim, entre Napoleões de tucupi, preguiças governamentais, boêmios apelidados e galãs improvisados, a história política do Amapá se faz também de ironia e de apelidos que resistem ao tempo. Porque, no fundo, governadores passam, mas os apelidos... ah, esses permanecem.



Janary Nunes e assessores, em 1944, ano em que assumiu o governo do Território. Foto faz parte do acervo do Museu Histórico do Amapá e foi publicada no Blog Porta Retrato Amapá, do jornalista João Lázaro.

O ENGASGA-ENGASGA

QUANDO O MEDO SUFOCOU MACAPÁ

Macapá, anos 1970. Uma cidade pequena, de ruas ainda pouco movimentadas, onde o tempo parecia passar com a lentidão do Rio Amazonas, que a banha. As noites eram tranquilas: famílias reunidas em frente às casas, vizinhos conversando ao cair da tarde, jovens saindo das escolas ou do Cine João XXIII, que trazia as novidades da época. Era uma vida pacata, como convinha a um Território ainda isolado dos grandes centros do país.

Mas, em algum momento dessa década, a rotina foi rasgada por um boato inquietante. Corria pela cidade a história de um homem misterioso, de figura estranha, que atacava mulheres à noite. Usava, diziam, peruca comprida, barba postiça, máscara contra gases e luvas cobertas de lixa. Sua especialidade era sufocar as vítimas – daí o apelido que a imaginação popular lhe deu: o Engasga-engasga.

As versões eram muitas, e quanto mais eram repetidas, mais fantásticas se tornavam. Uns juravam que ele saltava telhados, como se tivesse molas nos pés; outros que se tornava invisível, sumindo diante dos olhos. Para muitos, não era um homem, mas uma criatura sobrenatural, saída das lendas amazônicas que sempre misturaram fé, medo e mistério.

Logo, os jornais da época – aqueles alinhados ao regime militar – começaram a dar espaço ao caso, noticiando prisões, suspeitos, rumores. O que era boato ganhou *status* de verdade impressa. E a cada noite, quando a energia elétrica caía – quase sempre no mesmo horário da saída dos estudantes – a sensação de perigo aumentava.

As mães passaram a esperar as filhas nos portões das escolas armadas de terçados. As ruas ficaram desertas. O silêncio de Macapá já não era o da tranquilidade, mas o do medo.

O Amapá não tinha guerrilhas armadas como em outras regiões do Brasil. Não havia resistência organizada ao regime militar. Ainda assim, a lógica ditatorial precisava de um inimigo interno. E, se não existia, ele podia ser inventado.

A operação que se seguiu foi batizada pelo povo de *Engasga-engasga*. O que parecia uma onda criminoso foi, na verdade, uma estratégia de controle social. Sob a justificativa de proteger a população, a repressão ganhou espaço. Jovens estudantes foram perseguidos, artistas foram presos, e qualquer voz dissonante passou a ser confundida com subversão.

Um caso emblemático foi o do grupo de teatro Amazonas. Suas peças, que discutiam racismo e desigualdade social, foram consideradas perigosas. O governador da época ordenou a prisão dos atores, que foram encarcerados na Fortaleza de São José de Macapá – monumento colonial transformado em prisão política.

O medo, portanto, cumpria um papel político: disciplinava a população e justificava a ampliação do aparato repressivo. A criação da Polícia Militar no Amapá, antes considerada desnecessária numa cidade calma, passou a ser vista como indispensável diante da “ameaça” que rondava as ruas.

Anos mais tarde, pesquisas históricas e depoimentos revelaram o óbvio: não havia provas concretas da existência do *Engasga-engasga*. Nenhuma vítima confirmada, nenhum criminoso identificado. O episódio foi, muito provavelmente, uma farsa criada pelos órgãos de segurança, alimentada pelo imaginário popular e utilizada como ferramenta de poder.

O coronel Índio Machado, então secretário de segurança, teria articulado o movimento. O DOPS, famoso pela perseguição política, espalhou boatos, reforçou versões, controlou as notícias que circulavam. O resultado foi uma paranoia coletiva que sufocou a cidade.

A história do *Engasga-engasga* mostra como a ditadura militar soube manipular o medo. Em vez de armas e guerrilhas, em Macapá a repressão

se alimentou do próprio imaginário amazônico. Misturou lendas, boatos e símbolos para criar um inimigo invisível.

No fim, o que se engasgavam não eram as mulheres nas ruas escuras, mas a própria voz da sociedade amapaense. A operação sufocou a vida pública, silenciou opositores e deixou marcas profundas na memória coletiva.

Hoje, a Fortaleza de São José é ponto turístico. Suas muralhas recebem visitantes e estudantes, que veem ali a imponência do passado colonial. Mas sob aquelas pedras ecoam também lembranças de medo e repressão, de jovens presos e torturados, de um tempo em que um inimigo inventado serviu para justificar a violência do Estado.

O *Engasga-engasga*, afinal, nunca foi apenas uma lenda urbana. Foi uma metáfora real do biopoder em ação: o Estado fazendo do medo uma ferramenta para governar, e da mentira um instrumento para sufocar.



Fortaleza de São José de Macapá nos anos 1950. Para lá eram levados os presos acusados do “*Engasga-engasga*”.

O IMPASSE ENTRE COLLOR E JORGE NOVA DA COSTA

Pouca gente lembra, mas o Amapá já teve um governador que mal esqueceu a cadeira. Seu nome era Doly Mendes Boucinhas, militar de carreira e presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá. Ficou menos de um mês no cargo, em maio de 1990. Foi um governo de interregno, quase um suspiro, para resolver um impasse que se arrastava entre o Palácio do Planalto e o Palácio do Setentrião.

O Brasil vivia a ressaca do governo Sarney. A Constituição de 1988 havia dado autonomia ao Amapá, transformando-o em estado, mas a transição política ainda era um terreno instável. Jorge Nova da Costa, indicado por Sarney, acreditava que deveria permanecer no cargo até que o povo elegeesse seu primeiro governador. Tinha, afinal, o *referendum* do Congresso que respaldava sua nomeação.

Só que Collor, recém-eleito presidente, queria marcar território. Como bom político de primeira hora, entendeu que cabia a ele escolher o governador de transição, alguém alinhado com suas ideias e compromissos. O nome escolhido foi o de um conterrâneo nordestino, o sergipano Gilton Pinto Garcia.

O problema é que Jorge Nova não aceitava ser retirado do jogo. Assim, o Amapá, já com status de estado, se viu diante de uma situação curiosa: dois homens disputando o mesmo cargo, cada um com seu argumento de legitimidade.

Para acalmar os ânimos, surgiu a solução diplomática: Doly Boucinhas. Militar respeitado, gestor da CEA, alguém que não representava nem uma parte nem outra. Ele assumiu como quem segura a ponta de uma corda prestes a arrebentar. E segurou firme, ainda que por pouco tempo.

No fim, prevaleceu a vontade de Collor. Gilton Garcia foi nomeado governador em maio de 1990. Ficou apenas sete meses, mas ainda teve tempo de entregar obras simbólicas – o Estádio Zerão, o Teatro das Bacabeiras e o prédio do Tribunal de Contas. Em 1º de janeiro de 1991, passou a faixa ao primeiro governador eleito pelo povo do Amapá: o ex-Comandante Annibal Barcellos.

Doly Boucinhas voltou à rotina, como quem sai de cena sem holofotes. Seu governo foi breve demais para deixar marcas, mas suficientemente curioso para entrar na lista das histórias pouco contadas do Amapá.



O então governador Jorge Nova com o presidente José Sarney.
Acervo pessoal.

OS SETE CONSTITUINTES QUE NÃO ASSINARAM A CONSTITUIÇÃO DO AMAPÁ

Era 20 de dezembro de 1991. O sol já caía preguiçoso sobre Macapá quando, no plenário da Assembleia Legislativa, se escrevia a primeira página da história política do Amapá. Naquele dia, o jovem estado, que mal aprendera a andar sozinho após deixar de ser Território Federal, ganhava sua própria Constituição. Era como um rito de passagem: a certidão de maturidade de um povo que começava a dizer, com letras próprias, como queria se organizar.

A solenidade tinha pompa. Discursos inflamados, palmas protocolares, deputados em seus ternos de gala e a sensação de que estavam diante de algo que ficaria para sempre. Ficaria mesmo – mas não sem uma boa dose de polêmica.

Sete constituintes, integrantes da oposição, recusaram-se a assinar o documento original. Entre eles, nomes que ainda hoje ecoam na política amapaense: Waldez Góes, Janete Capiberibe, Bala Rocha, além de Geraldo Rocha, Hildo Fonseca, Maurício Júnior e Ricardo Soares. Todos alegavam que o texto que se promulgava naquela tarde não era exatamente o mesmo que havia sido aprovado em longas e cansativas sessões. “Enxertos”, diziam, introduzidos sob orientação do então governador Annibal Barcellos.

Era como se, depois de meses de debates, ajustes, idas e vindas, o bolo tivesse saído do forno com ingredientes que ninguém lembrava de ter colocado. “Não era o mesmo texto que aprovamos”, recordou Geraldo Rocha, um dos insatisfeitos. A divergência não impediu a promulgação, mas deixou no ar uma marca de desconfiança que atravessou os anos.

E, como se a história gostasse de brincar com ironias, o próprio documento original da Constituição acabou sumindo. Foi parar sabe-se lá

onde, perdido em meio a papéis que dormiam esquecidos nos escaninhos da Assembleia. Passou mais de uma década assim, quase condenado ao esquecimento, até ser resgatado por acaso. O então deputado Amiraldo Favacho, revirando papéis que seriam destinados à reciclagem, encontrou aquele calhamaço histórico. Guardou-o consigo, como quem protege um tesouro, e só anos depois devolveu à Casa Legislativa.

Hoje, a Constituição do Amapá já acumula mais de 60 emendas, reflexo de um estado em constante transformação. Mas o episódio de 1991 permanece vivo na memória política: a primeira Constituição nasceu envolta em festa, sim, mas também em contestação.

E talvez esteja aí o charme da democracia: ela nunca é uma unanimidade. Sempre haverá quem aplauda, quem critique e quem, como os sete constituintes, prefira não assinar. No fim, o que fica é a narrativa, feita de tensões, silêncios e reencontros com a própria história – até mesmo quando ela reaparece, amarelada, no meio de um maço de papéis prestes a virar sucata.



Ano 1984 – Governador Annibal Barcellos concede entrevista em seu gabinete. Acervo do escritor Paulo Tarso Barros. A ingerência de Barcellos no texto final da Constituição Estadual do Amapá teria provocado a recusa de sete deputados em assinarem o documento.

PERSONAGENS DO AMAPÁ

A CURIOSA TELA DE FERNANDO CANTO

A crônica começa com o silêncio de uma sala onde repousa uma tela – não uma tela comum, mas uma releitura caleidoscópica da Última Ceia, que condensa memórias e projeções em cada pincelada. O quadro mede cerca de dois metros por um metro e oitenta (2,00 m × 1,80 m) e está fixado na sala do poeta – um espaço que respira literatura e evocação.

Quando olho aquela pintura, sinto que estou em uma passagem entre o visível e o imaginado. O artista Olivar Cunha, com sua trajetória entre o figurativo e o abstrato – ele mesmo confluindo entre esses mundos artísticos – reinterpretou a obra renascentista de Juan Vicente Masip, transformando-a em um relicário de afetos regionais.

A original “Última Ceia” (às vezes atribuída a Juan de Juanes, nome artístico de Vicente Juan Masip) faz parte do cânone da pintura religiosa espanhola do século XVI. Mas ali, nessa releitura, a cena ganha vida própria: as expressões dos personagens, suas posturas, o jogo de luz e sombra, tudo converge para um instante suspenso. E não é dos apóstolos que mais chamam atenção – nem mesmo do Cristo –, mas de dois rostos que nos atravessam com familiaridade.

Fernando Canto aparece representado como São Pedro, o guardião das chaves do Céu. Não é um detalhe aleatório: refletir Fernando nessa figura não é apenas homenagem simbólica, mas sugestão de que ele carrega palavra, responsabilidade, portais e confidências. Olivar Cunha, por outro lado, figura como São Tiago – o primeiro discípulo à esquerda, careca – sendo um “santo” criado pelo próprio amigo e parceiro de tantas jornadas artísticas e culturais.

Entre os apóstolos, trocam-se olhares, gestos contidos, mãos que se curvam e se elevam. Cada linha parece conter uma história que não se disse. O fundo – essa janela que se abre em horizonte – revela um

detalhe que, num primeiro momento, quem visita a sala pode ignorar. Fernando contava que, nesse pedaço do pano, Olivar pintou a caixa d'água da CAESA – projeto que jamais se concluiu – e que teria sido uma bela pracinha perto da Unifap.

Imagino o artista, pincel em punho, pintando aquela caixa d'água como quem planta uma semente que o tempo negou florescer. É um gesto de memória antecipada, de expectativa, de sonho do que poderia ter sido. Que pena, ele dizia. E, no entanto, ficou ali – como fragmento quase invisível, mas carregado de densidade – o registro de uma utopia arquitetônica abortada, mas nunca esquecida.

O espaço da sala do poeta se transforma em cristaleira de lembranças. Ao redor do quadro, as estantes guardam livros, manuscritos, recortes de jornal. Ali, cada objeto é testemunha: o lápis que Fernando usava para esboços de poesia, folhas rabiscadas, as canções que surgiam em noites longas.

Lembro-me de Fernando Canto – imortal da Academia Amapaense de Letras, poeta, sociólogo, músico – e de seu papel de articulador cultural no Amapá. Olivar Cunha, por sua vez, é reconhecido como um dos grandes expressivos da arte local, com uma produção que articula crítica social, estética amazônica e símbolos universais.

Quando contemplo esse quadro, sinto que ele é uma memória viva – não apenas de Fernando e Olivar, mas de um projeto coletivo, de sonhos interrompidos, de esperanças que insistem em não morrer. A obra original de Masip nos conecta à genealogia da arte sacra e renascentista, mas essa releitura é o ato moderno de reescrever signos na Amazônia.

E assim, sentado diante daquela tela, penso que as palavras do meu livro de histórias poderiam nascer ali, entre a reverência e a impertinência. Que cada relato, cada memória – oficial ou não – é como esses santos improvisados, reconfigurados pela amizade, por projetos não realizados, por silêncios e segredos que se acumulam no fundo da janela.



Crédito: foto de Renivaldo Costa de tela de Olivar Cunha.

SÓ DANÇO ABENETANDO...

Recentemente um grupo de jornalistas, do qual faço parte, elegeu Fernando Canto como o maior expoente da literatura amapaense. A escolha não poderia ser mais justa. Poeta, cronista, músico, doutor em Sociologia, imortal da Academia Amapaense de Letras e também da sua versão maçônica, Fernando sempre foi muito mais que um intelectual: é um boêmio de marca maior, carnavalesco premiado, contador de histórias e inspirador de muitas outras que correm soltas pelo anedotário popular do Amapá.

Pois bem, uma dessas histórias, que já virou quase lenda, se passou numa das tantas noites de festa que pontuam a vida do nosso escritor. Levado por amigos, Fernando acabou numa animada festança “lá pras blelbas do furo do Assacu” – como dizem os mais antigos, longe o bastante pra parecer outro mundo.

O salão improvisado era de chão batido e paredes de paxiúba, mas a animação era de fazer inveja a qualquer boate. Conhecedor das rígidas normas desses bailes de interior, Fernando esperou o momento certo, embalado pelo calor da cachaça e do batuque, para se aproximar de uma moça cabocla, encostada tristemente na parede, como quem implora por um convite.

Com sua polidez habitual, lançou mão do vocabulário acadêmico, ainda que um pouco arrastado pela boemia da noite:

— A senhorita me permite esta contradança?

A moça, sem entender o termo rebuscado, franziu a testa:

— O quê?

Ele simplificou:

— Vamos dançar?

Foi quando veio a resposta que mudaria o rumo da noite:

— Num dá, não... Eu só danço abenetando.

Fernando, acostumado a teorizar sobre comportamentos e símbolos sociais, ficou encabulado. Depois se desencabulou. Achou que “abene-

tando” devia ser algum passo novo, quem sabe uma moda local, dessas que surgem num canto e depois viram tradição. Animou-se.

— Mas vamos, sim! Eu sei dançar abenetando.

A moça cruzou os braços, teimosa:

— Já disse, só danço abenetando.

O sociólogo-poeta começou a pensar rápido: que dança seria essa? Alguma variação de carimbó, talvez? Uma mistura de lundu com mazurca? No espírito da improvisação, insistiu:

— Pois eu sei, sim! Sei dançar abenetando!

Foi então que a cabocla, sem perder a seriedade, explicou o mistério de vez:

— Mas quando?... A Bené num tá.

E foi assim que Fernando descobriu que “abenetando” não era ritmo, nem passo de contradança. Era simplesmente a condição inegociável da moça: só dançava acompanhada de sua amiga Bené.

Dizem que, naquela noite, Fernando não dançou. Mas ganhou mais um causo para sua coleção – e, convenhamos, para a literatura, isso vale bem mais que qualquer contradança.



Escritor Fernando Canto. Crédito: André Silva/Portal Seles Nafes.

O VALDEZ QUE INSPIROU

O WALDEZ

Há nomes que atravessam o tempo como se fossem sementes lançadas ao vento. Foi assim com Raul Monteiro Valdez, médico, advogado, jornalista, e um dos raros homens públicos que deixou marcas profundas no breve período em que governou o Amapá, entre 12 de outubro de 1961 e 26 de novembro de 1962.

Naquele ano conturbado, em que quatro governadores se sucederam num intervalo de meses – Pauxy Nunes, Moura Cavalcanti, Mário Barbosa e, por fim, Valdez – havia no ar uma expectativa diferente. O novo governador, braço direito de Janary Nunes, chegava com a promessa de ordem e estabilidade. Era o primeiro filiado ao PSB a assumir o comando do Território e, para muitos, um sopro de renovação política.

Foi nesse cenário que, em uma casa simples, uma mãe escolheu nomear o filho recém-nascido. Olhou para os jornais, para as conversas nas esquinas, para a esperança que o povo depositava naquele novo governo, e decidiu: seu menino se chamaria Waldez. O nome, uma homenagem velada, carregava o eco do momento político. O bebê nasceu poucos dias depois da posse de Raul Valdez, como se sua vida fosse também um capítulo daquela história.

Décadas depois, em 2002, aquele menino, já homem, eleito governador do Amapá, me contaria essa passagem com brilho nos olhos. Era Waldez Góes, que, ao falar do próprio nome, lembrava-se do Valdez original – o governador que inspirara sua mãe. “Foi por ele que me chamo assim”, confidenciou. A revelação carregava a força simbólica de uma linhagem inesperada: de um administrador do Território a um líder eleito pelo voto popular.

Raul Valdez deixou o governo quando João Goulart nomeou o tenente Terêncio Furtado de Mendonça Porto para sucedê-lo. Sua gestão foi

breve, mas lembrada pela compostura, pelo equilíbrio e pelo diálogo. Era, antes de tudo, um homem de formação ampla, habituado tanto aos tribunais quanto às redações, às salas de aula e aos gabinetes. Não governava apenas com decretos, mas com ideias.

Já Waldez – o menino que herdou o nome – seguiu outro destino. Da infância modesta ao curso técnico em agricultura, do trabalho como extensionista rural à política, construiu sua trajetória passo a passo, até se tornar governador por quatro mandatos e ministro da República.

Assim, a história se dobra sobre si mesma. Valdez e Waldez, dois nomes quase iguais, unidos por mais que coincidência. O primeiro deixou um legado de esperança nos anos 1960; o segundo, décadas depois, faria desse nome uma bandeira política. E ambos, cada um a seu modo, ajudaram a escrever capítulos de um mesmo livro: o da persistente tentativa do Amapá de se afirmar no mapa do Brasil.



Crédito: Acervo do Blog Porta Retrato Amapá.

OBRAS DE VILANOVA ARTIGAS NO AMAPÁ

No fim dos anos 60, Macapá – ainda Território, ainda em transformação – respirava ambição de concreto. Em um Brasil que vivia sob o braço autoritário da Ditadura Militar, a rigidez política se combinava, curiosamente, com o impulso de modernização que exigia prédios, escolas, estradas, estruturas públicas que pudessem traduzir a noção de progresso. Foi nesse momento ambivalente que surgiram alianças inesperadas, gestos que destoavam, linhas arquitetônicas que desafiavam o tempo, e com elas, obras emblemáticas.

Há de se pensar o cenário: o general Ivanhoé Gonçalves Martins, nascido em Cuiabá, nas fileiras da Artilharia, homem das hierarquias militares, linha-dura, avesso – por princípio – ao comunismo; e, como tantos militares de sua geração, marcado pelas convicções de patriotismo, moral austera, culto à disciplina e ao Estado. Viera de fora – militar, articulador, promotor do civismo nas paradas escolares, nas fanfarras, nas inaugurações de obras, no símbolo do Estado forte –, mas viu no arquiteto Vilanova Artigas algo que ultrapassava ideologias de enquadramento.

Ivanhoé governou o Território do Amapá entre 10 de abril de 1967 e 6 de outubro de 1972, e foi nesses anos que se deu um gesto notável: a aquisição de projetos de arquitetura pública assinados por um dos maiores expoentes do modernismo e do brutalismo arquitetônico no Brasil – João Batista Vilanova Artigas.

Artigas, nascido em Curitiba, formado engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1937, professor na Poli e cofundador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi figura central da chamada Escola Paulista de arquitetura. Militante do Partido Comunista brasileiro, crítico, intelectual – sua arquitetura pulsava na política: nas didáticas de sala de aula, nos discursos de forma, nos projetos que buscavam não só abrigar, mas afirmar coletivamente, democratizar espaço, visibilidade, convivência.

E é isso que torna a escolha de Ivanhoé tão carregada de significado. Como se o general, cujo cerne ideológico o colocava como adversário institucional do comunismo, tivesse reconhecido – no amigo de longa data, no ex-colega de Politécnica – a urgência humanista de uma causa maior do que o ódio político: a construção de um Estado que pudesse acolher seus cidadãos, criar escolas, hospitais, prédios públicos que resistissem ao tempo, ao descaso, à divisão social. Narrativas orais e estudos acadêmicos indicam que Ivanhoé teria autorizado e bancado esses projetos arquitetônicos justamente para dar dignidade material ao Território, talvez em parte movido por respeito pessoal ao arquiteto com quem compartilhara estudos, salas de aula e dilemas da juventude.

A obra de Artigas em Macapá manifesta-se até hoje em três grandes edificações: o prédio da Polícia Militar do Amapá, a Escola Estadual Tiradentes e o edifício da Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinf). Cada uma com seus traços brutais, suas linhas retas, seus vazios projetados – jardins suspensos ou vazios arquitetônicos previstos nos projetos originais que foram, em alguns casos, modificados, esquecidos ou descaracterizados pela passagem do tempo.

Há relatos, por exemplo, de que a Escola Tiradentes sofreu modificações – cobertura original trocada, jardins suspensos suprimidos – em favor de soluções mais simples ou adaptadas às necessidades urgentes. A edificação da Polícia Militar é, talvez, a mais bem preservada (em termos de visibilidade urbana, integridade estrutural relativa) entre as três. O prédio da Seinf, embora escondido no meio de outras construções ou vegetação invasora, mantém muito de sua presença original, ainda que alterado em detalhes.

Já Ivanhoé, do alto do seu rigor militar, do comportamento austero, também construía não só prédios, mas autoridade moral. Construiu mais de cem obras – escolas, hospitais, estradas – insistindo na ideia de que o Estado deveria funcionar, efetivamente, em serviço ao povo, e não como aparato de imposição.

Porém, as contradições pulsam atrás das fachadas de concreto: Artigas, perseguido, afastado da docência em 1969 por sua militância, sofrendo com o arbítrio, com censuras; Ivanhoé, defensor da ordem, da hierarquia, inimigo declarado das correntes de esquerda. Ainda assim, mais do que antagonistas intransigentes, atuaram em uma costura si-

lenciosa de respeito – ou pragmatismo – que permitiu que o traçado da arquitetura se impusesse por cima da dicotomia política.

Hoje, caminhando pelas ruas de Macapá, podemos ver esses prédios: robustos, calmos, falando de uma utopia que tenta resistir – embora sem muito reconhecimento oficial. Pesquisas recentes de José Alberto Tostes (professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá) e de Ana Paula Cunha apontam que, apesar de serem “grandes exemplares de uma arquitetura moderna e brutalista na Amazônia”, essas obras são pouco reconhecidas pela população ou pelos agentes públicos como patrimônio arquitetônico.

E fica o eco da pergunta: quantas histórias permanecem escondidas nos muros? Quantas memórias arquitetônicas se perdem porque não há cuidado, porque não há inventário, porque não há orgulho colocado nas fachadas? As obras de Artigas em Macapá não são apenas construções de tijolo, ferros e cimento. São testemunhos de encontros improváveis – do homem de farda e do arquiteto comunista –, testemunhas de que, mesmo em tempos secos de repressão, floresceu alguma semente de civilização.



Prédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá.
Projeto de Vilanova Artigas. Foto: Alberto Tostes.

CABRALZINHO REALMENTE FOI HERÓI?

Na manhã abafada de 15 de maio de 1895, os ventos sopravam tensão na vila do Espírito Santo, hoje município de Macapá. Era um daqueles dias em que a história se escreve com pólvora e coragem. E, no centro dela, estava Francisco Xavier da Veiga Cabral – ou, como ficou eternizado, Cabralzinho.

O vilarejo, modesto e de alma brasileira, acordou com o som metálico dos passos franceses. Vinham de Caiena, liderados pelo comandante Lunier, dispostos a tomar a região em nome da França. Achavam-na esquecida, desprotegida. Enganaram-se. Porque ali havia Cabralzinho – militar, político e, sobretudo, defensor do que julgava justo.

Com uma coragem que parecia maior que o próprio corpo, Cabralzinho organizou os moradores, reuniu armas improvisadas, e transformou pescadores e garimpeiros em uma força de resistência. Não havia um exército profissional. Havia a convicção de que aquele chão era brasileiro, e que a honra não se entregava sem luta.

O confronto foi brutal. Gritos, fumaça, tiros disparados de janelas, becos e mangueiras. Lunier caiu ferido – e depois morto –, tornando-se símbolo de um embate que ecoaria nos corredores diplomáticos do mundo. A vitória, porém, teve um custo alto. Foram 38 mortos e 2 feridos. Mas ali, naquele 15 de maio, Cabralzinho não apenas venceu uma batalha territorial; ele plantou, em solo amapaense, uma semente de identidade e bravura.

Hoje, ao caminhar pela cidade do Amapá, antiga vila do Espírito Santo, é possível ouvir – no sussurro do vento ou no murmúrio do rio – os ecos daquele dia. Cabralzinho não é só nome de rua ou estátua de bronze. Ele é memória viva, centelha de um povo que resistiu com o que tinha, por aquilo que era seu.

CHIQUINHA GONZAGA E A VALSA DO AMAPÁ

Era o ano de 1896. O Brasil ainda respirava os ares recentes da República, e na capital do país, Rio de Janeiro, uma mulher ousava romper as grades que a sociedade lhe impusera. Seu nome: Francisca Edwiges Neves Gonzaga, mas todos a chamavam de Chiquinha. Pianista, maestrina, abolicionista e republicana, já era uma artista consagrada quando, em meio às valsas e polcas que a consagraram, compôs uma peça curiosa: a valsa Amapá.

Publicada apenas no ano seguinte, 1897, a obra ganhou elogios na imprensa, com destaque no jornal *O Paiz*, que a classificou como uma “revista fantástica”. Mas afinal, o que teria levado Chiquinha a homenagear um território distante, perdido na beira do mapa amazônico, ainda pouco conhecido dos brasileiros do sul?

A resposta começa em sua própria trajetória. Nascida no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1847, filha de militar com uma mestiça da sociedade carioca, Chiquinha aprendeu cedo que viver fora dos padrões cobraria alto preço. Aos 16 anos, foi obrigada a casar com um oficial da marinha mercante, Jacinto Ribeiro do Amaral. O matrimônio foi um desastre. Ao pedir a separação, escandalizou a família e a sociedade. O pai a expulsou de casa, renegando-a como filha. Chiquinha saiu apenas com o primogênito, João. Os outros dois filhos ficaram sob os cuidados de parentes.

Era o início de uma vida marcada por batalhas – não só musicais, mas também sociais. Encontrou acolhida no meio boêmio do Rio de Janeiro, que à época florescia entre saraus, choro e polcas. Em 1877, estreou com a polca Atraente, marco de uma parceria com Joaquim Antônio Calado, que a introduziu no nascente gênero do choro. Mais tarde, como maestrina, estreou com a opereta *A Corte na Roça* (1885), conquistando definitivamente o público.

Não bastasse ser pioneira nas artes, engajou-se em causas maiores. Vendeu partituras de porta em porta para financiar alforrias. Libertou com recursos próprios o escravizado Zé da Flauta. Protestou contra a monarquia, compôs em favor da República e, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, ofereceu-lhe um hino. Chiquinha não se limitava ao piano: fazia da música sua arma política.

É nesse espírito que, em 15 de novembro de 1895, subiu ao palco em solenidade oficial no Rio de Janeiro, celebrando seis anos da Proclamação da República. Na plateia, além de ministros e militares, estava um homem pequeno de estatura, mas com bigode vistoso, espada à cintura e ares de herói popular. Tratava-se de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, figura já celebrada em Belém, Recife e na própria capital federal.

Poucos meses antes, em 15 de maio de 1895, na longínqua Vila do Espírito Santo do Amapá, Cabralzinho havia enfrentado tropas francesas que tentavam avançar sobre terras brasileiras após a descoberta de ouro na região. Foi o episódio mais tenso do chamado Contestado Franco-Brasileiro – disputa que só se encerraria em 1900, na arbitragem internacional de Berna, graças ao Barão do Rio Branco e aos estudos de Joaquim Caetano da Silva.

Naquela noite de gala, o presidente Prudente de Moraes conferiu a Cabralzinho o título de “general honorário” do Exército, oficializando uma aclamação que já vinha das ruas. Não há registro do encontro entre o herói amazônico e a maestrina abolicionista. Mas é difícil crer que a história de Cabralzinho – o homem que desafiara a França em defesa do Território brasileiro – não tenha ecoado fundo no coração de Chiquinha.

Um ano depois, nascia a valsa Amapá, uma homenagem em forma de música a um Território e a uma façanha que reafirmavam a integridade da pátria. Executada em janeiro de 1897, tornou-se sucesso imediato, mais uma entre as duas mil composições que Chiquinha deixou como legado.

O tempo, porém, tratou de embaçar os contornos dessa memória. Cabralzinho, figura complexa e controversa, morreu em Belém no dia 18 de maio de 1905, aos 44 anos. Para muitos, é herói. Para outros, como o historiador Diovani Furtado da Silva, que escreveu *Cabralzinho: como*

um baixinho foragido e astuto virou herói, sua imagem foi inflada pelas narrativas patrióticas.

Já Chiquinha seguiu até 1935, morrendo aos 87 anos como a primeira maestrina do Brasil, pioneira do teatro musical, mulher que ousou viver à frente de seu tempo.

A valsa Amapá permanece como testemunho de que até os rincões mais distantes do país podiam ressoar no piano de uma mulher livre, que fez da arte uma trincheira e da música um gesto de resistência.

1897
O PAIZ

IAS

ueitas a
nmações
so todas
r preve-

aja

ra todos
a a irri-
vocaes,
sa e im-



GRANDE SUCESSO

Lindo e dansante tango **Na ver-**
dade tem razão, cantado e dansado
na revista **Amapá** pelo actor **MACHADO**
composição da distinta compositora

FRANCISCA GONZAGA

Preço 1\$000
VENDE-SE EM CASA DE
Buschmann, Guimarães & Irmão

CERVE

FRAN

Rio de Janeiro

ES

CERVE

EN CE

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira / Biblioteca Nacional.

PERCIVAL FARQUHAR, O HOMEM QUE FOI DONO DO AMAPÁ

A história econômica do Brasil costuma ser contada como se fosse um palco de dois atos. O primeiro, protagonizado por Irineu Evangelista de Souza, o gaúcho que a posteridade chamaria de Barão – depois Visconde – de Mauá. Ele foi o pioneiro da industrialização, um visionário que ousou erguer fábricas, estaleiros, bancos e ferrovias num império ainda dependente das correntes coloniais.

O segundo ato começa quando o império de Mauá declinava. Enquanto o velho industrial amargava reveses e dívidas, surgia no horizonte um novo personagem, não brasileiro, mas com ambições tão vastas que chegaram a abarcar até a Amazônia profunda. Seu nome: Percival Farquhar, um norte-americano da Pensilvânia que, no início do século XX, parecia querer redesenhar a América Latina com o risco de sua pena e o alcance de seu capital.

Farquhar nasceu rico, em 19 de outubro de 1864, e cedo multiplicou fortunas. Em 1898, arrematou os bondes de Havana. Em 1912, já simbolizava a globalização da *belle époque* tropical: investia em portos, ferrovias, energia, telefonia, mineração. Se não tivesse quebrado em 1913, seria lembrado como um dos maiores acionistas do mundo – dono de linhas de metrô no Rio e em São Paulo, das maiores companhias elétricas, dos portos do Pará e do Rio de Janeiro, da Vale do Rio Doce e até da Acesita.

Mas antes da queda, fez movimentos grandiosos na Amazônia. Assumiu a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, iniciada em 1907, cemitério de homens e sonhos. Fundou em 1909 a Companhia de Navegação da Amazônia, para incrementar o tráfego fluvial e, assim, engordar as rendas do *Port of Pará*, também de sua propriedade. E como

se isso não bastasse, fundou ainda a *Amazon Development Company* e a *Amazon Land & Colonization Company*.

Foi por meio dessas que recebeu do governo brasileiro, como parte de um arranjo de colonização e desenvolvimento, terras imensas que correspondiam ao que hoje conhecemos como o estado do Amapá. Sim, por alguns anos o Amapá teve dono – um empresário norte-americano que talvez jamais tenha pisado nos campos de savana ou sentido o cheiro das águas barrentas do Rio Amazonas.

O projeto parecia ousado: colonizar, atrair mão de obra, povoar uma região esquecida. Mas o custo logístico, a dificuldade de acesso e a falta de retorno imediato transformaram a empreitada num peso morto nos cálculos de Farquhar. O “rei das concessões” concluiu que o negócio não valia a pena e devolveu as terras ao governo. Sorte a nossa.

Se tivesse levado adiante o plano, quem sabe o Amapá teria sido moldado como uma colônia privada, à mercê dos interesses de uma companhia estrangeira. Mas o fracasso de Farquhar na Amazônia foi, paradoxalmente, uma vitória para o futuro do Território.

Hoje, quando lembramos de Percival Farquhar, quase sempre é pela epopeia maldita da Madeira-Mamoré ou pela imagem do vilão encarnado por Tony Ramos na minissérie *Mad Maria*. Mas talvez os amapaenses devessem ter com ele uma lembrança especial: a de que, por um breve instante, fomos parte do portfólio de um magnata americano. E que, por um capricho do destino – ou por mero cálculo financeiro –, o Amapá nos foi devolvido inteiro.



Percival Farquhar (1864-1953).
Foto: Acervo Fundação Percival Farquhar.

ENTRE TRAGÉDIAS E FESTEJOS

A ASCENSÃO DE PAUXY NUNES

Quando Pauxy Gentil Nunes tomou posse como governador do Território Federal do Amapá, em 18 de fevereiro de 1958, era como se as forças do acaso e do destino tivessem conspirado para lhe entregar o bastão do poder.

A história começa com uma tragédia que rasgou o calendário político do Amapá: durante os festejos de São Sebastião, na comunidade de Carmo do Macacoari, em 21 de janeiro de 1958, um avião que carregava o deputado federal Coaracy Nunes – já indicado como próximo governador –, o promotor Hildemar Maia e o piloto Hamilton Silva colidiu com a copa de uma árvore logo após a decolagem e explodiu, matando os três.

Com esse baque fatal, a engrenagem da sucessão tremeu. O governador Amílcar Pereira, já em campanha para deputado federal, não poderia assumir o governo. Cabia, então, ao irmão menor dos Nunes, Pauxy, emergir do anonimato para acalmar os ânimos e assumir a liderança em um momento de ruptura.

Pauxy Nunes não era um administrador frio ou distante. Seu estilo era de um líder que gostava de estar no meio do povo. Por isso – talvez por inclinação natural ao espetáculo, ou por uma vocação política visceral – ele adotou uma prática singular: ao final de cada mês, no último sábado, promovia uma feijoada na praia do Araxá. Não era um mero sarau festivo: era um palco de conversas, debates e deliberações políticas.

Naqueles encontros, que reuniam famílias, servidores, líderes comunitários e diretamente os diretores das divisões governamentais (as precursoras das secretarias modernas), tudo se misturava: o cheiro da feijoada fumegante, o tilintar das garrafas de cerveja, o rumor das batidas de frutas – e o clamor por soluções para os males do Território. As discussões eram acaloradas, as causas trazidas à tona às vezes com emoção, e muitas propostas saíam dali convertidas em ações – caminhos

que, nos raros gabinetes de pedra, demorariam semanas para serem votados ou sequer apreciados.

Apelidado por seus adversários de “Xixito”, por conta de seus arroubos boêmios, Pauxy mostrava que o poder também pode respirar junto com o povo – não nas mesas de festa apenas, mas nos vasos de barro dos povoados, nas trilhas das colônias agrícolas, nas margens dos igarapés, onde o Estado chegava, pela primeira vez, com máquinas, orientação técnica, sementes e sonhos.

AS MARCAS DO GOVERNO – RUAS, INTERIOR E NOVOS RUMOS

O Amapá, até então relegado ao limite do esquecimento, começou a sentir mudanças físicas e simbólicas sob sua gestão. As ruas de Macapá ganharam, enfim, asfalto – um gesto urbano evidente. Mas foi no interior que *Pauxy* investiu com vigor: criou colônias agrícolas, núcleos coloniais e instalou fazendas-modelo em locais como Aporema e Tucunaré. Transferiu o aeroporto de Macapá para uma zona mais afastada, afastando o ruído e o risco das áreas centrais. E, em 1959, consolidou o primeiro plano diretor da cidade – uma carta de intenções para ordenar o crescimento urbano.

Seu governo, porém, não foi isento de tensões. Por recusar interferências pessoais em sua administração, desagradou aliados e abriu espaço para oposição afinada, especialmente do deputado Amílcar Pereira. Com a vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960, *Pauxy*, que havia manifestado oposição ao novo governo central, foi exonerado. Acusações de irregularidades e desmandos administrativos foram feitas contra ele – como represália política – e ele foi sucedido pelo pernambucano Moura Cavalcanti.

O HOMEM POR TRÁS DA LENDA

Nasceu em Alenquer, Pará, em 27 de fevereiro de 1918, filho de Ascendino e Laury Nunes. Estudou o primário na cidade natal, depois seguiu para Belém para cursar o ginásio e o curso de humanidades. Veio para

o Amapá a convite do irmão *Janary*, já governador nomeado do recém-criado Território. Trabalhou inicialmente na equipe do governo do irmão, depois foi ao Rio de Janeiro e atuou no Instituto dos Bancários. Formou-se contador em 1947 e passou a representar o Amapá no Rio de Janeiro, a então capital. Também dedicou atenção ao esporte e à cultura territorial – tanto que escreveu o livro *Mosaicos da Realidade Amapaense*, em 1963, em que buscou costurar memórias, paisagens e tensões sociais do Amapá.

Consoante suas feijoadas, *Pauxy* era essencialmente um “governante de borda de rede”, um homem que sabia escutar e, sobretudo, conviver com o movimento popular. Há relatos (pela vivacidade da memória oral) de que, certa vez, quando uma menina ficou gravemente doente, o governador – mesmo com tensões políticas latentes – estendeu um gesto de reconciliação: levou-lhe frutas raras da capital, num ato simbólico que abriu caminho para uma trégua familiar.

Morreu no Rio de Janeiro em 19 de julho de 1980, deixando uma biografia polifônica: cacique democrático, homem de festas e de alvoradas, ponte entre o Estado central e as margens mais afastadas do Território.



1957. Chegada de Pauxy Nunes ao Território do Amapá, acompanhado de sua esposa Maria Emília Nunes e amigos. No ano seguinte, com a morte do irmão Coaracy Nunes, se tornaria governador.

Acervo o Blog Porta Retrato Amapá do jornalista João Lázaro.

AS POLÊMICAS DE IVANHOÉ GONÇALVES MARTINS

Ivanhoé Gonçalves Martins assumiu o governo do Território Federal do Amapá em abril de 1967, sendo o último oficial do Exército a exercer o cargo sob a Ditadura Militar, permanecendo até outubro de 1972.

Em sua cerimônia de posse, em 1967, exigiu do antecessor, o também militar Luís Mendes da Silva, uma prestação de contas pública, recusando recebê-las por causa de uma diferença de apenas 35 centavos.

Cultivava uma reputação de homem culto, fluente em cinco idiomas, com formação militar sofisticada e carreira diplomática anterior como adido internacional.

Embora fosse conhecido por ser um governante obcecado por ordem e autoridade, permitiu algumas manifestações culturais controladas, como festivais de música e atividades estudantis, desde que não contrariassem o regime vigente.

Mais articulado que seu antecessor, diminuiu a hegemonia política do janarismo, que encerra justamente durante o seu governo, no início dos anos 70, tendo como corolário a vitória estrondosa de Antônio Pontes, na eleição de 1970.

Durante seu governo, adquiriu do arquiteto Vila Nova Artigas os projetos arquitetônicos do Comando da Polícia Militar, da Secretarias de Obras (hoje Secretaria de Infraestrutura) e do Colégio Tiradentes.

Durante seu governo, buscando “conservar” e proteger a estrutura da Fortaleza, determinou que o monumento fosse pintado com piche – uma substância escura e pegajosa usada, por exemplo, em impermeabilização de telhados e estradas. A intenção era, segundo consta, evitar o desgaste causado pelo tempo e pelas chuvas amazônicas.

Porém, o resultado foi desastroso. A Fortaleza, de origem colonial portuguesa e com paredes de pedra e cal branca, ficou completamente

preta, alterando radicalmente sua aparência histórica. Houve forte reação de intelectuais, historiadores e da população local, que consideraram a decisão uma afronta ao patrimônio e à identidade cultural do Amapá.

Mais tarde, a pintura foi removida (em parte, com restaurações feitas a partir da década de 1980), e o episódio ficou como uma curiosidade histórica, frequentemente citada como exemplo de decisões autoritárias ou mal planejadas no trato com bens culturais.

Há um folclore político que narra que ele também cogitou derrubar a Igreja de São José, para dar seguimento, até o Rio Amazonas, à primeira via de Macapá, a avenida Mendonça Furtado, cujo primeiro nome foi Boulevard de Macapá.



Ano 1969 - Governador Ivanhoé Gonçalves Martins em solenidade oficial

Acervo do jornalista João Lázaro (Blog Porta Retrato Amapá).

SACACA, O MESTRE DAS ERVAS

Nas esquinas de Macapá, quando a cidade ainda era mais silêncio que buzina, mais igarapé que asfalto, havia um homem de fala mansa e mãos de saber antigo. Chamava-se Raimundo dos Santos Souza, mas ninguém ousava chamá-lo assim. Era o Sacaca – curador de corpos e contador de histórias, uma espécie de ponte entre o mato e a medicina, entre a fé e a ciência.

O apelido nasceu da profissão: “sacaca” é de origem tupi e, além de denominar uma planta medicinal da Amazônia, em linguagem cabocla é aquele que prepara remédios a partir das ervas da floresta. E ele levava isso a sério. Dizem que conhecia o cheiro e o gosto de cada folha, o tempo certo de colher o cipó, o modo certo de preparar o banho de descarrego ou o chá para dor de barriga. Era farmacêutico de mata e farmacólogo da alma.

Sua casa virou consultório popular – de chão batido e paredes de madeira, mas com uma fila na porta que desafiava a lógica dos hospitais. Chegavam grávidas com enjoo, idosos com reumatismo, pescadores com mau olhado. E ele ouvia. Ouvia muito. Antes do remédio, vinha a escuta. Antes do chá, o conselho. Antes da pomada, a reza.

Sacaca acreditava que a floresta era uma farmácia viva e que o saber não podia morrer com ele. Por isso ensinava. Formou discípulos, espalhou sementes, batizou plantas com nome de gente e gente com nome de planta. Um dia, as autoridades resolveram homenageá-lo. E fizeram mais do que um busto: em 2002, seu amigo e discípulo João Capiberibe criou o Museu Sacaca – um espaço vivo, com cheiro de andiroba e sons de maracá, onde ciência e tradição caminham de mãos dadas.

Dizem que ele se curava de tudo, menos da velhice. Partiu em 1999, mas deixou raízes por toda parte. Até hoje, tem criança que vai ao Museu achando que Sacaca ainda está lá, atrás do balcão, mexendo numa garrafa de garrafada ou assoprando um benzimento.

E quem sabe ele não está mesmo? Porque certos homens, quando morrem, viram lenda. E lenda, como a sabedoria das matas, nunca morre.



O mestre Sacaca em contato com as plantas.
Foto de Daniel de Andrade.

AS HISTÓRIAS DE HÉLIO PENNAFORT

Eu trabalhei com Hélio Pennafort nos anos 1990, no Diário do Amapá. Ele me ensinou que jornalismo é, acima de tudo, escuta – de gente simples, de vozes esquecidas. E me lembro bem desse caso que ele ouviu do comandante João Batista, e que agora cabe à crônica reviver.

Hélio Guarany de Souza Pennafort nasceu em Oiapoque, 21 de janeiro de 1938, filho de Rocque de Souza Pennafort – radiotelegrafista – e de Cesarlina Guarany Pennafort. Desde menino, aprendeu a lidar com as ondas sonoras, a decifrar sinais e a traduzir o silêncio das fronteiras. Em Oiapoque surgiu sua veia literária e jornalística: em 1958 editava o jornal Vaga-lume, feito em máquina de escrever e papel manilha, numa tiragem modesta, mas de ambição grande.

Nos seus primeiros anos, atuou como radiotelegrafista em Vila Velha do Cassiporé e no próprio Oiapoque, até em 1964 vir para Macapá, ingressando no rádio (Rádio Difusora, Rádio Educadora) e colaborando com A Voz Católica. Com a chegada da televisão no Amapá, foi um dos pioneiros da TV-Amapá, dirigindo programas e documentários regionais. Ele também esteve no serviço público territorial e estadual: assessor de imprensa, chefe de gabinete, relações públicas, comunicação social.

Além disso, deixou uma obra literária que dialoga com o Amapá profundo: livros como *Microreportagem*, *Um Pedaco Fotopoético do Amapá*, *Estórias do Amapá*, *Amapaisagens*, entre outros, em que o cronista-jornalista põe o caboclo na prosa e no registro. Foi membro da Associação Amapaense de Escritores e da Academia Amapaense de Letras, agraciado com títulos como Cidadão de Macapá e Honra ao Mérito. Ele faleceu em São Paulo em 19 de fevereiro de 2001, vítima de problemas respiratórios.

Esse caso que vou reproduzir foi contado ao Hélio pelo comandante João Batista Oliveira Costa, sobre um fato que presenciou no antigo aeroporto de Macapá.

“Aconteceu no dia 23 de janeiro de 1958, quando esperávamos o avião da Cruzeiro, na época um DC-3, que levaria para o Rio de Janeiro o corpo do deputado Coaracy Nunes, morto dois dias antes num desastre de avião no Carmo do Macacoari. Havia muita gente no aeroporto e a tristeza era geral. Quando o avião estacionou, o Jomar Tavares (que quando morou por aqui foi jogador, juiz e técnico de futebol) conversava com mais dois na minha frente. De repente ele se espantou ao reparar o prefixo do avião: PP-CCM. Tomado de superstição, ele apontou para a aeronave, avisando a seus parceiros que muita coisa ruim poderia acontecer ao Território. É que já ouviu falar que coisa boa não acontece quando uma tragédia pode ser reproduzida por um grupo de letras que, coincidentemente, se tornem visíveis no momento. E tornou a mostrar o prefixo do aparelho. “Não estou te entendendo, Jomar, que é que tem a ver o futuro do Território com o prefixo do avião”, disse um dos amigos. Jomar segurou o amigo pelo braço e explicou: O prefixo do avião é PP-CCM, que em linguagem aeronáutica significa “Papa Papa – Charlie Charlie Mike”, mas o diabo que pode significar também: “PUTA PARIU – COARACY CAIU MACACOARI”.

Para Hélio Pennafort, esse tipo de narrativa tinha vida própria: ele cultivava a oralidade, o “causo”, o eco do ribeirão, do homem simples que atravessa dores e festejos. Em suas crônicas, ele não apenas narrou o Amapá – ele o fez vibrar. Assim, compartilho aqui esse episódio: entre a fé popular e o acaso, entre o trágico e o simbólico, as letras PP-CCM viraram lira amargurada na crônica da terra tucuju – e permanecem no ar com o vento do tempo.



Destroços do avião que no dia 21 de janeiro de 1958 caiu na região do Macacoari. Fotografia do acervo do historiador Nilson Montoril.

A HISTÓRIA DE MONSIEUR DIRRAN

Trabalhar com Hélio Pennafort era conviver com um acervo vivo de histórias, ditas de improviso, com aquela ironia boa que só quem tem alma de cronista sabe usar. Hélio era camarada supimpa, desses que contavam uma anedota com gosto, como quem tempera o tucupi com pimenta murupi: fazia arder, mas deixava o sabor na boca.

Uma vez ele me disse, rindo, que a história não era dele – vinha do escritor Fernando Canto, que a contara por telefone. E a história tinha palco no Marajó, em Muaná, quando o turismo ecológico começava a atrair olhares de europeus curiosos em conhecer a selva amazônica e o frescor do vento do arquipélago.

A programação dos visitantes incluía, para surpresa geral, uma partida de futebol entre dois times locais. E lá estavam os turistas, torcendo como se fosse final de Copa, encantados com o talento de um ponta-esquerda chamado Dirran.

Dirran era mestre nos dribles de corpo, dono de arrancadas ligeiras que faziam levantar a poeira do campo. Marcou dois gols naquele dia, sob aplausos entusiasmados. No meio da torcida, um francês acompanhava cada jogada com devoção, convencido de que havia descoberto um conterrâneo perdido no coração do Marajó.

Quando o apito final soou, o turista correu até o craque, que descalçava as chuteiras num canto. Aproximou-se cheio de reverência e arriscou um português enrolado:

— *Monsieur Dirran*, pelo seu nome... acho que o senhor tem alguma ascendência francesa. Sua família é de lá, não?

O jogador, marajoara da gema, riu e respondeu:

— Que nada, amigo. Minha família toda é daqui mesmo, desde o bisavô. Esse “Dirran” aí não tem nada de francês não. É só apelido...

— Apelido? – perguntou o francês, confuso.

— É. A turma só chama pela metade pra não ofender. Meu apelido completo é Cu de Rã.

A gargalhada correu mais ligeira que o vento do campo. E Hélio ria junto, só de lembrar.

Outra vez, Hélio resgatou uma memória dos tempos em que a Rádio Difusora de Macapá ainda engatinhava. O antigo serviço de alto-falante das tardes tinha dado lugar à emissora que começava a inventar o rádio amapaense, misturando músicas de estúdio, reportagens de rua e as primeiras transmissões esportivas.

Era tempo de improviso: nada de cabine, arquibancada ou estrutura. O locutor narrava da beira do campo, com o microfone na mão, enquanto a voz era projetada por três cornetas de som espalhadas nos cantos do gramado.

Numa tarde chuvosa, conta Hélio, um narrador – não se sabe se foi Alamiro ou Agostinho Souza – irradiava animado uma partida importante na praça da matriz. O problema é que o microfone estava encharcado, e ele o segurava com toda a paixão do ofício. Quando ia começar a narrar um escanteio decisivo, alguém tocou-lhe o ombro em sinal de cumprimento.

A eletricidade, caprichosa como sempre, fez o resto: o narrador levou um choque de boa voltagem que lhe atravessou o corpo inteiro. O lance do escanteio se perdeu, mas o microfone não deixou escapar sua reação desesperada, que ecoou para milhares de ouvintes naquela tarde:

— Me solta! Me larga, seu filho da puta!

Foi gol de riso. O futebol, ninguém mais lembra como terminou. Mas a transmissão entrou para a história do rádio, como só Hélio sabia contar.



Hélio Pennafort com Rocque Pennafort, que foi o primeiro prefeito de Oiapoque. Acervo do Blog Porta Retrato Amapá, do jornalista João Lázaro.

CARLOS CORDEIRO GOMES, O “SEGURA-O-BALDE”

Carlos Cordeiro Gomes nasceu em 26 de setembro de 1927, na bucólica Vigia, no Pará. Desde cedo carregou consigo dois traços que o acompanhariam por toda a vida: a paixão pelas letras e a disposição para mergulhar na vida pública com intensidade.

Na infância estudou no Grupo Escolar Barão de Guajará, e foi em Belém que se iniciou nos bastidores da escrita: tornou-se pautador na antiga Escola Industrial e, ainda jovem, passou a trabalhar na Imprensa Oficial do Estado. Foi também na capital paraense que ganhou o apelido de “Segura-o-Balde”, que carregaria para sempre como uma marca de irreverência e popularidade.

Aos 19 anos, tomou um rumo decisivo: partiu para o Amapá, recém-criado Território Federal. Macapá era então uma cidade em transformação, cheia de promessas e carente de vozes que lhe dessem identidade. Carlos encontrou ali o espaço ideal para se enraizar. Serviu no governo territorial, chegou a representar governadores em ocasiões oficiais e, ao mesmo tempo, iniciou sua caminhada literária.

Foi no jornal “Amapá” e no órgão estudantil “Castelo” que publicou seus primeiros versos. Depois, continuou a espalhar poesia e reflexão em suplementos literários e revistas, firmando-se como um dos nomes fortes da nascente produção cultural amapaense.

Não era apenas poeta. Jornalista, cronista esportivo, homem de rádio, Carlos tinha uma fala que corria leve, mas certa. Cobria partidas de futebol, escrevia artigos para jornais como a Folha do Norte e A Província do Pará, e no Território se destacou no “Novo Amapá”, veículo oficial da época. Usava o pseudônimo Carlos Garibaldi, sob o qual deixou dezenas de crônicas marcadas pelo tom popular, crítico e cheio de lirismo.

Em 1969, mostrou que também tinha música correndo nas veias: conquistou o segundo lugar no I Festival Amapaense da Canção com a letra “A Vida é um Vai-Vem”, musicada por Nonato Leal e interpretada por Humberto Moreira. Era mais uma prova de sua versatilidade: transitava entre a palavra falada, a escrita, o canto e a ação pública com a mesma naturalidade.

Seus livros, como *Mar Mágoa*, *Poema de Amar Mar* e *Guajará-Mirim, um Rio de Lembranças*, são testemunho de um coração que nunca deixou o Pará natal, mas que fez do Amapá o seu chão definitivo.

Figura sempre presente nas rodas culturais, simpático, popular, muitas vezes folclórico em sua postura expansiva, Carlos Garibaldi era, antes de tudo, um homem da palavra – no jornal, no verso, na rádio, na praça. Um construtor da memória amapaense, que, com poesia e crônica, ajudou a dar voz a um Território ainda em busca de sua própria identidade.



1998 – Carlos Cordeiro Gomes e os historiadores Coaracy Barbosa e Estácio Vidal Picanço. Acervo do escritor Paulo Tarso Barros.

WALTER DO CARMO

O HOMEM QUE ABRIU CAMINHOS E PLANTOU FUTURO

Se hoje percorremos estradas no Amapá, atravessando rios e matas outrora intransponíveis, é impossível não nos lembrarmos de um nome que se confunde com a própria história do estado: Walter Pereira do Carmo.

Nascido em Prainha, no Pará, no seio simples de Monte Alegre, Walter parecia já carregar consigo o destino de desbravador. Ainda adolescente, aos 17 anos, ingressou no serviço público como técnico em agrimensura. Era o início de uma trajetória marcada por coragem, persistência e visão além do horizonte.

A vida o trouxe cedo ao Amapá. Em 1951, aos 21 anos, chegou enviado pela Comissão de Rodagem do Pará para entregar ao governador Janary Nunes o projeto da estrada que ligaria Macapá à Base Aeronaval de Amapá. O que seria apenas uma missão tornou-se destino definitivo. A partir dali, Walter nunca mais retornou, pois descobriu sua vocação maior: transformar mata em estrada, isolamento em ligação, solidão em encontro.

Seu primeiro grande desafio foi a implantação do trecho Base Aeronaval – Calçoene. Ali, no barro, na chuva e na solidão da mata fechada, nasceu não apenas uma estrada, mas a certeza de que cada quilômetro aberto era uma promessa de futuro. Ele sabia que atrás de cada curva morava um povo isolado que ansiava pela liberdade da comunicação.

Foi nesse tempo de acampamentos improvisados, de redes sob mosquiteiros e de luta contra a natureza, que Walter encontrou também o amor: conheceu Helita, filha de pecuarista, com quem se casou sob a

bênção do governador Janary Nunes. Da união nasceram sete filhos, que herdaram o espírito pioneiro do pai.

Mas Walter não foi apenas engenheiro de estradas. Ele enxergava além do chão que abria: no inverno de 1952, nas quedas do Paredão, mediu o caudal do Araguari e anteviu ali o que mais tarde seria a Hidrelétrica Coaracy Nunes. Realizou estudos para o Porto de Santana, identificou riquezas minerais no Cajari, Jari e Cassiporé, e sempre se antecipou às necessidades de um Amapá que ainda engatinhava.

Nos anos 1970, fundou sua própria construtora e encarou o maior de seus desafios: a conclusão da BR-156 até o Oiapoque. Foram 16 anos de suor, lama e coragem. Em 24 de dezembro de 1974, ao chegar de jipe ao extremo norte, resumiu em uma frase o espírito de sua vida: “Aqui chegamos e muito mais longe iremos.” A estrada estava entregue – mas seu legado não se esgotava ali.

Walter também deixou marcas profundas na educação e na vida comunitária do estado. Construiu escolas que formaram gerações, como José de Anchieta, José de Alencar e Castelo Branco. Ergueu a Biblioteca Elcy Lacerda, o primeiro ginásio coberto de Macapá, clubes sociais e militares que se tornaram centros de convivência. Fundou o Lions Clube, foi maçom, liderou a Igreja Messiânica e, fiel ao sonho de menino, fundou o Aeroclube de Macapá, formando pilotos e levando o Amapá para os céus.

Um homem de princípios, Walter nunca buscou a riqueza fácil. Perdeu contratos, teve máquinas abandonadas na selva, enfrentou dívidas – mas nunca perdeu a dignidade. “Nunca fui rico. Apenas tinha crédito na praça”, costumava dizer. Sua maior riqueza era o respeito da comunidade e o reconhecimento daqueles que percorreram os caminhos que ele abriu.

Sua fazenda, a “105”, recebeu trabalhadores da Perimetral Norte e até mesmo presidentes da República. E em 1985, voltou à BR-156 para acompanhar o asfaltamento de seus primeiros 50 km, numa espécie de reencontro com a estrada que marcara sua vida.

Em 2003, já idoso, foi assessor especial do governo, último cargo público que exerceu. Anos depois, a Assembleia Legislativa do Amapá lhe concedeu o título de Cidadão Amapaense – mais que uma honraria, um ato de justiça a um homem que havia transformado o mapa do estado com a força de seus braços e a coragem de seus sonhos.

Walter Pereira do Carmo faleceu em 14 de junho de 2014. Partiu com mais estradas abertas no coração do que muitos percorreram em toda uma vida. Deixou nove filhos, lembranças inesquecíveis e a certeza de que construir é muito mais que levantar paredes ou abrir trilhas: é acreditar no impossível e torná-lo realidade.

Hoje, quando o Amapá respira mais integrado, mais próximo, mais vivo, cada ponte, cada escola, cada pouso e cada clube carrega um pouco de sua alma. Walter do Carmo não foi apenas engenheiro, construtor ou político. Foi semeador de futuros, visionário que transformou floresta em ligação humana, e cujo nome ecoa como sinônimo de coragem e amor pela terra amapaense. Enquanto o Amapá existir, ele continuará presente – estrada, voo e sonho.



Walter do Carmo: pioneiro e desbravador do Amapá.
Foto: arquivo da família.

JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE

UM COMUNISTA “PERIGOSO”

Na década de 1970, enquanto o Amapá mergulhava no medo inventado do Engasga-Engasga, em outros pontos da Amazônia o terror era real e tinha nome e rosto. Entre os perseguidos pelo regime militar estava João Alberto Capiberibe, jovem zootecnista paraense, filho do Marajó, militante de esquerda e, aos olhos da ditadura, um “comunista perigoso”.

Capiberibe ingressara no movimento estudantil ainda muito jovem. Em meio ao endurecimento do regime e à repressão às vozes dissidentes, aproximou-se da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização fundada por Carlos Marighella. O simples fato de militar em uma organização clandestina bastava para torná-lo alvo da máquina de perseguição do Estado.

Em 1970, Capiberibe foi preso em Belém ao lado de sua esposa, Janete, também militante e grávida de sua primeira filha. A prisão do casal foi marcada por arbitrariedades e pelo peso simbólico de ser um exemplo: mostrar ao povo amazônida o que poderia acontecer com quem ousasse questionar o regime.

Os dias de cárcere eram sombrios. Superlotação, torturas psicológicas, medo constante. Ali, Janete deu à luz, em meio ao frio da prisão. João Alberto, debilitado e com a saúde comprometida, acabou transferido para atendimento médico na Santa Casa de Misericórdia, em Belém.

Foi ali que arquitetou sua fuga.

Doente, mas lúcido, aproveitou-se de uma brecha improvável: vestiu-se com roupas brancas de hospital, passando-se por médico. Com calma e sangue frio, caminhou pelos corredores e, diante de soldados

que não desconfiaram de nada, saiu pela porta da frente. Não houve tiros nem correria – apenas a coragem e a ousadia de alguém que sabia que ficar seria morrer em vida.

A fuga da Santa Casa foi o início de uma longa peregrinação. Capiberibe e Janete, agora foragidos, atravessaram fronteiras: Bolívia, Peru, Chile, depois Canadá e Moçambique. No exílio, criaram os filhos, estudaram, trabalharam, mas sempre com a sensação de serem estrangeiros e perseguidos, carregando na pele o rótulo de “inimigos internos” forjado pela ditadura.

Enquanto isso, no Amapá, o regime inventava fantasmas como o Engasga-Engasga para justificar a repressão. Em Belém, Capiberibe fugia de fantasmas bem mais concretos: homens fardados, portarias assinadas, cadeias frias. O medo, fosse real ou fabricado, era a engrenagem que sustentava o poder.

Em 1979, com a Lei da Anistia, João Alberto e Janete puderam retornar ao Brasil. O casal de exilados voltava, enfim, à terra natal, trazendo nas malas não só lembranças de fuga e perseguição, mas também uma determinação renovada de participar da vida política. Capiberibe se tornaria, anos depois, governador do Amapá e senador da República – prova viva de que o “comunista perigoso” sobrevivera à prisão, ao exílio e à mentira.

Sua fuga da Santa Casa permanece como símbolo da astúcia e da coragem diante da repressão. Um episódio em que a fragilidade física de um preso transformou-se em força política de resistência.

Perigoso subversivo caçado pelos federais

A Polícia Federal está procurando e solicita colaboração de todos em localizar perigoso subversivo que está condenado e em local incerto e não sabido.

Trata-se do paraense João Alberto Rodrigues Capiberibe, que dirigia um "aparelho" na Amazônia, que foi destruído pelas Forças Armadas em colaboração com os federais. Diversos de seus companheiros estão presos faltando ainda "Capi", como é conhecido.

Os últimos informes em poder das autoridades, dizem que "Capi" teria sido visto navegando em um veleiro rumo a Macapá ou Mazagão para alcançar qualquer local do T.F. do Amapá.

Ao que se sabe não chegou naquele território e as buscas continuam. Quem dele souber

o paradeiro queira dar ciência as autoridades policiais, quer da Federal ou Estadual, que possuem ordem para prendê-lo. "Capi" é perigoso e num requinte de perversidade no "Campo de treinamento" ao longo da BR chegou a fuzilar uma criança de 13 anos (menina) afirmando jogar a culpa nas Forças Armadas e nos "Federais".

Queria intimidar o povo do local com as autoridades, entretanto nada conseguiu. Fazia parte do grupo liderado por "Vitor" com curso de treinamento em Cuba. É especializado em guerrilhas, capturado pelas Forças Federais no Pará e pelos federais quando pretendia embarcar no Terminal Rodoviário em Belém, em meados de 1970.



"Capi" (em 3 países) é procurado pelos federais

ELSON MARTINS

A PENA QUE DESBRAVOU A AMAZÔNIA

Na vastidão verde da Amazônia, onde os rios se confundem com estradas líquidas e o tempo parece correr em outra cadência, nasceu e se forjou uma das vozes mais inquietas do jornalismo amazônico: Elson Martins. Sua trajetória mistura coragem, compromisso social e uma escrita que aprendeu a ouvir antes de falar, traduzindo os silêncios da floresta e das populações esquecidas em palavras que ecoaram muito além das margens do Acre.

Filho da região, Elson cresceu em meio às contradições amazônicas: a abundância natural e a carência humana, a exuberância das matas e o descaso das autoridades. Foi nesse cenário que aprendeu cedo o valor da palavra – não apenas como registro, mas como instrumento de resistência. O jornalismo, para ele, nunca foi profissão burocrática; foi trincheira.

Nos anos 1970, quando o país ainda sufocava sob a mordada da Ditadura Militar, Elson ousou registrar o que muitos preferiam ocultar. Cobriu movimentos sociais, deu voz a seringueiros, indígenas e ribeirinhos, narrando suas lutas e denunciando abusos. Foi testemunha e cronista das mobilizações que mais tarde teriam em Chico Mendes sua face mais conhecida. Sua pena, no entanto, já preparava o terreno, dando legitimidade e alcance às vozes que ecoavam na floresta.

Mas sua trajetória não se limitou ao Acre. Nos anos seguintes, Elson expandiu horizontes e viveu também no Amapá, onde sua escrita se encontrou com uma realidade igualmente marcada por contrastes e disputas. Em Macapá, participou ativamente da imprensa local, colaborando com jornais e projetos culturais que buscavam consolidar uma identidade própria para o estado recém-emancipado.

Foi no Amapá que Elson testemunhou outra Amazônia – de fronteira, de forte presença migratória, com comunidades indígenas e quilombolas tentando afirmar seus direitos em meio a um processo acelerado de urbanização. Seu olhar treinado para captar as vozes esquecidas encontrou

ali terreno fértil. Ele registrou desde os debates políticos que agitavam a capital até as histórias de personagens populares que davam cor e densidade à vida amapaense.

Na imprensa amapaense, tornou-se referência não apenas pelo rigor com a notícia, mas pelo modo como inseria o jornalismo dentro da vida cultural. Participou de movimentos de literatura, incentivou jovens escritores e manteve viva a tradição do jornalismo combativo, aquele que questiona e incomoda. No Amapá, como no Acre, Elson não se limitou a ser repórter: foi também formador, deixando discípulos que aprenderam com ele a respeitar o povo e desconfiar do poder.

De volta ao Acre, retomou sua atuação junto a jornais alternativos e projetos de comunicação popular, mas sempre carregou consigo as memórias amapaenses – de um tempo em que os jornais de Macapá eram ao mesmo tempo oficina de sonhos e arenas de disputa política.

Hoje, ao revisitar sua trajetória, o que se vê é a linha de um rio: contínua, profunda, firme. Um rio que carrega histórias, mas também sementes. Pois cada palavra que Elson plantou continua germinando na voz de novos comunicadores que, inspirados em sua caminhada, insistem em fazer da Amazônia não apenas um território de exploração, mas um território de dignidade.



Elson Martins e equipe de jornalistas do jornal Varadouro.
Acervo pessoal.

ENTRE CÓDIGOS E CORAGEM

A JORNADA DE SULAMIR MONASSA

Nos calçamentos de Macapá, no ritmo das marés do Rio Amazonas e sob o calor úmido de manhãs que anunciam chuvas, crescia uma jovem amazonense de Itacoatiara, que não se deixaria adormecer pelas convenções. Era Sulamir Palmeira Monassa de Almeida. Bacharela em Direito pela UFPA, com especialização em Direito Material e Processual do Trabalho pela UNAMA, ela trouxe no peito a coragem de quem entende que as leis são gente, não abstração.

A advocacia amapaense praticamente começa com seu nome. Sulamir Monassa possui a inscrição originária nº 001 da OAB-Amapá, um símbolo de pioneirismo e compromisso com a construção institucional do estado. Quando procurou a recém-criada OAB/AP para efetuar sua inscrição, a entidade sequer tinha sede própria. Funcionava em uma pequena sala no antigo Fórum de Macapá. Diante das dificuldades iniciais, Sulamir se comprometeu pessoalmente a doar todos os livros necessários para que a Ordem pudesse dar início ao seu funcionamento regular – aquisição feita na antiga Livraria Martins, ao lado do Mercado Central.

Faltavam, no entanto, as carteiras profissionais. O custo era elevado para uma seccional recém-instalada. Ciente da promessa feita pelo presidente da OAB-SP de doar 100 carteiras, Sulamir pediu autorização ao então presidente da OAB/AP, advogado Newton Moutinho, e viajou a São Paulo. Voltou de lá trazendo, em mãos, a caixa com as 100 carteiras profissionais. Foi assim que, após o deferimento de sua inscrição, prestou juramento e recebeu a Carteira nº 001, em solenidade no antigo Fórum de Macapá, em 1976. Era a primeira advogada inscrita na história da OAB-Amapá.

Ela exerceu advocacia de modo contínuo desde 1977 até 2004. Durante esse período, Sulamir não foi apenas mais uma advogada: ela ascendeu, firmou sua reputação, construiu rede de respeito e confiança.

Então, o passo se tornou natural, ainda que ousado: em 1991, Sulamir Monassa foi eleita presidente da Seccional Amapá da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AP), para o mandato de 1991-1993. Foi a única mulher até hoje a assumir esse posto na OAB-Amapá.

Ser mulher naquele espaço – à frente de advogados, em meio a disputas políticas, a labutas legais, à persistente malevolência da invisibilidade de gênero – exigia algo extra: solidez de caráter, convicção de propósito, paciência para reivindicar lugar e competência para mantê-lo. Sulamir tinha tudo isso. Não se limitou a ocupar o cargo; ela fez dele ponto de partida. Foi nessa presidência da OAB-AP que sua voz tornou-se ainda mais ouvida, sua influência ampliada, sua reputação fundamentada – e isso preparou o terreno para os desafios que viriam depois.

Quando Sulamir Monassa assumiu a presidência da OAB-Amapá, em 1991, o estado ainda vivia sua juventude institucional. O Amapá tinha acabado de completar dois anos como estado da Federação – a transição de Território para unidade federativa era recente, e as estruturas políticas e jurídicas estavam em consolidação.

Nesse cenário, a advocacia também buscava firmar-se. A Ordem precisava ser voz de independência num tempo em que a Justiça ainda engatinhava em quadros, cargos e infraestrutura. A presidência da OAB exigia não apenas técnica, mas postura política: dialogar com governos, pressionar por melhorias, defender prerrogativas dos advogados.

Logo no início de sua gestão, um episódio testou essa independência. O então governador do Amapá, Annibal Barcellos, encaminhou ofício à OAB requerendo a devolução do prédio da instituição – o histórico imóvel que fora o antigo Fórum do extinto Território Federal – sob a justificativa de que ali seria instalada a Biblioteca do estado. Sulamir resistiu firmemente. Devolver o prédio seria, em suas palavras, “um acinte à classe dos advogados”.

A resposta veio em forma de retaliação: no Anteprojeto da Constituição do Estado do Amapá, foi inserido, sem conhecimento dos constituintes, um parágrafo único num dos artigos, determinando a devolução

do prédio em seis meses. A OAB, sob sua liderança, reagiu de imediato – apresentou uma Emenda Popular Supressiva, defendendo a autonomia da entidade. No dia da votação, Sulamir esteve pessoalmente na Assembleia Legislativa, onde, após intensa articulação, o dispositivo foi derrubado por 24 votos favoráveis e uma abstenção. Unanimidade.

Dias depois, um novo golpe: o prédio da Caixa de Assistência da OAB-AP foi completamente destruído. Sulamir comunicou o fato ao Conselho Federal da OAB, que, após fiscalização, determinou a reconstrução da sede – reinaugurada ainda no final de seu mandato.

Outro embate emblemático ocorreu no primeiro dia de seu mandato, quando o governador do estado nomeou, de forma unilateral, o primeiro desembargador do quinto constitucional da classe dos advogados, sem consultar a OAB/AP. Sulamir enfrentou a imposição e reafirmou o papel da Ordem como instituição autônoma, guardiã das prerrogativas da advocacia.

Sulamir Monassa era mulher – a única, até hoje, a ocupar aquele espaço no Amapá. Isso, por si só, já era um desafio. Advogar nos anos 1980 e 1990, num estado marcado por lideranças masculinas, significava enfrentar olhares de dúvida, resistências veladas e até manifestações explícitas de que “não era lugar para mulheres”. O ambiente da advocacia e das instituições públicas ainda era profundamente patriarcal.

E, no entanto, ela não apenas se fez presente: liderou. Sua gestão buscou ampliar o papel da OAB como interlocutora legítima da sociedade civil e reforçar a Ordem como guardiã das liberdades democráticas, em um país que saía há pouco tempo da Ditadura Militar.

Durante o biênio, Sulamir enfrentou o desafio de organizar uma classe dispersa, com advogados que muitas vezes atuavam em condições precárias, num sistema judiciário ainda em expansão no novo estado. Trabalhou pela valorização da advocacia e pela afirmação da OAB-AP como instituição independente, capaz de se posicionar diante do poder público sem subordinação.

Essa experiência marcou sua trajetória. A presidência da Ordem não foi apenas um título: foi o laboratório político e institucional que a projetou, anos depois, a um dos cargos mais altos do Judiciário trabalhista na Amazônia.

Em 2004, encerrou sua trajetória como advogada e ingressou como

juíza togada do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP), pelo quinto constitucional da advocacia.

Décadas depois, em outubro de 2024, Sulamir Monassa alcança outro marco histórico: eleita presidente do TRT-8 para o biênio 2024-2026. É a primeira presidente com origem no estado do Amapá a presidir esse Tribunal.

Não se trata só de títulos. A história de Sulamir Monassa ao presidir a OAB-Amapá nos anos 1990 não foi apenas simbólica; foi prática e decisiva. Foi uma porta aberta, um exemplo de que uma mulher podia – e podia bem – liderar advogados, mediar conflitos institucionais, representar uma seccional inteira. Hoje, enquanto ela assume funções de grande envergadura no TRT-8, esse momento OAB-AP permanece como ancestralidade de liderança feminina no Amapá, lembrança de que eras futuras se baseiam tanto nos primeiros passos quanto nas maratonas completadas.

Quando se olha para trás, percebe-se a singularidade desse feito: em mais de três décadas, nenhuma outra mulher presidiu a OAB-Amapá. Aquele mandato de 1991 a 1993 permanece como marco isolado, mas ao mesmo tempo como sinal de possibilidade. Sulamir Monassa não apenas abriu uma porta; ela mostrou que havia lugar – e voz – para mulheres em espaços onde antes se pensava ser exclusivo dos homens.



Sulamir Monassa (Acervo do TRT-8).

ANNIBAL BARCELLOS, O VELHO COMANDANTE

Quando o capitão-de-mar-e-guerra Annibal Barcellos desembarcou em Macapá, no final da década de 1970, trazia consigo não apenas a disciplina da Marinha, mas também a missão de governar um Território ainda em busca de identidade. Nomeado governador do Território Federal do Amapá em 1979, ele encontrou uma região em rápida transformação, pressionada pela expansão urbana, pela chegada de migrantes e pelo desafio de estruturar serviços públicos básicos.

Desde o início, Barcellos apostou em políticas que marcassem presença no dia a dia do cidadão. Criou o Vale do Açaí, um programa social que distribuía alimentos à população mais carente, especialmente famílias que viviam na periferia de Macapá. Essa ação lhe rendeu enorme popularidade, pois simbolizava proximidade com o povo em um tempo em que a miséria urbana se tornava visível.

Outro marco foi a atenção dada à infraestrutura urbana. Barcellos impulsionou obras de calçamento de ruas e ampliou a iluminação pública, medidas simples, mas que transformaram a vida da capital. Também estimulou a construção de conjuntos habitacionais populares, oferecendo moradia a servidores e famílias de baixa renda.

Na educação, sua marca mais lembrada foi o fortalecimento do Instituto de Educação do Amapá (IETA), que, sob seu governo, consolidou-se como centro de formação docente. Os desfiles de 13 de setembro, data da criação do Território, ganharam contornos grandiosos: carros alegóricos homenageavam Janary Nunes e, depois, o próprio Barcellos, reforçando a ligação entre governo e civismo.

Com a redemocratização e a transformação do Amapá em estado, Barcellos conseguiu traduzir sua popularidade em votos. Foi eleito, em 1986, deputado constituinte e, em 1990, o primeiro governador eleito do

Amapá, inaugurando um ciclo democrático. Coube a ele estruturar os alicerces do novo estado: instalou secretarias, organizou a Assembleia Legislativa, estruturou o Tribunal de Contas e deu os primeiros passos para integrar o Amapá ao pacto federativo de forma plena.

Na área econômica, incentivou a criação de mecanismos de apoio ao comércio e à pequena indústria, ao mesmo tempo em que buscava investimentos externos. Foi sob sua gestão que o Amapá começou a se articular em torno da futura Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, embrião de uma política que só se consolidaria nos anos seguintes.

Na cultura, apoiou festividades populares e fortaleceu a identidade amapaense, patrocinando eventos que misturavam civismo e tradição local. O contato direto com o povo era sua marca pessoal: caminhava por feiras, conversava com vendedores, distribuía palavras de estímulo. Sua imagem de “pai do povo” se consolidou nesse período.

Ao deixar o governo em 1994, Barcellos já havia se tornado uma figura histórica. Manteve-se ativo, ocupando mandatos e influenciando a política local, mas nunca mais alcançaria o mesmo protagonismo dos anos de governador.

Com o avançar da idade, afastou-se da vida pública, até seu falecimento, em 2003. Sua morte encerrou um ciclo, mas deixou uma memória complexa: para muitos, foi o homem que trouxe dignidade a famílias humildes e ajudou a erguer o Amapá como estado; para outros, representava a face autoritária de um tempo de transição.

Seja como for, sua trajetória confunde-se com a própria história amapaense: de interventor militar a governador eleito, de homem da farda a líder popular, Annibal Barcellos permanece como um dos nomes incontornáveis da política do extremo norte do Brasil.



Esse registro histórico é de quando o então governador João Capiberibe transferiu a gestão das unidades básicas de saúde para o Município de Macapá, a chamada “municipalização da saúde”. O prefeito era Annibal Barcellos e a então secretária de saúde era a médica Cleonice Macedo.

PAULO GUERRA, ENTRE AS LETRAS E A POLÍTICA

A história do Amapá não se escreve apenas em documentos oficiais ou atas de governo, mas nas vozes que moldaram sua trajetória. O Professor Paulo Fernando Batista Guerra é, sem dúvida, uma dessas vozes. Mais do que um mero ator político, ele é um dos grandes tribunos do Amapá, um intelectual cuja vida se desdobra entre a tribuna parlamentar e o silêncio da academia.

Nascido em Macapá a 11 de outubro de 1946, ele emerge de uma época e um lugar marcados por grandes desafios institucionais e de identidade regional. Filho de João de Campos Guerra e Laurinda Batista Guerra, sua formação acadêmica se dá sobretudo nas letras: precisamente, forma-se em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará, em 1971.

Sua formação inicial desvendou a paixão pelas Letras – Literatura (brasileira, portuguesa, francesa) e a Filosofia – um caminho trilhado a despeito da preferência paterna pelo Direito. Essa escolha formativa não foi um desvio, mas a fonte de sua eloquência. O professor atribui o dom da oratória, hoje unanimemente reconhecido, às práticas saudáveis e estimuladas por mestras como Risalva Amaral e Araci Montalverne, que desde a infância, em solenidades escolares, o incumbiam de declamar e discursar, forjando a base de um comunicador nato.

Formado no Pará, ele retornou ao Amapá nos anos 70, integrando o quadro da Universidade Federal do Pará e atuando no que seria o embrião da futura universidade amapaense. Foi professor de Literatura e diretor do Colégio Amapaense, imergindo no planejamento educacional e na administração. Essa experiência técnica e administrativa serviu de ponte para a política.

O ciclo eleitoral o levou ao Congresso. Em 1978, com o Amapá ganhando a segunda vaga de deputado federal, Paulo Guerra foi eleito pela ARENA, inaugurando uma fase de combate em Brasília. Ele se recorda da “revolta” com o tratamento federal dispensado aos Territórios, che-

gando a classificar sua representação como uma “excrescência jurídica”. Sua atuação era uma defesa contundente da dignidade e do potencial do jovem Território.

No entanto, a vida de Paulo Guerra é marcada por ciclos. Questionado sobre seu “abandono” da política, ele explica o resguardo. O tempo, por fim, lhe permitiu realizar o desejo paterno, dedicando uma década à área do Direito, lecionando e coordenando cursos. A partir de 2010, sua participação se tornou mais administrativa e técnica (Casa Civil, Conselho de Educação, Escola Judicial), um afastamento gradual que o realocou no universo do saber.

Hoje, a voz de Paulo Guerra ecoa em um novo palco: a Academia Amapaense de Letras (AAL), da qual é o presidente. Ele celebra o legado da instituição, fundada em 1953 por pioneiros, e se empenha na valorização da literatura e da cultura local. O tribuno que agitava os plenários se transforma no guardião das palavras, dedicando-se à escrita de suas memórias, que espera publicar em breve, e à elaboração de um trabalho sobre teoria e crítica literária.

Paulo Guerra: um político que nunca deixou de ser intelectual, um orador forjado nos clássicos, e que, ao longo de seus ciclos de vida, demonstrou que a caneta, assim como a voz, é um instrumento poderoso na construção da história e da identidade de sua terra.



OBRAS CONSULTADAS

- BAENA, Antônio. *Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará*. Editora da UFPA, Belém: 1968.
- BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens ilustres do Amapá*. Edição do autor. Macapá: 1997.
- CANTO, Fernando. *A Água Benta e o Diabo*. Fundecap, Macapá: 1998.
- CARVALHO, João Wilson Savino. *Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2012.
- CHELALA, Charles. *A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense*. Publit, São Paulo: 2008.
- FREITAS, Luiz Aimberê Soares de. *Políticas públicas e administrativas de territórios federais do Brasil*. Cor Print, São Paulo: 1993.
- GAULD, Charles A. *Farquhar: o último titã*. Rio de Janeiro, Editora de Cultura: 2006.
- GOMES, Carlos Cordeiro. *Poemas de Amar Mar*. Imprensa Oficial, Macapá: 1981.
- LOBATO, Sidney. *Entre fronteiras: o Amapá e a construção de um território (1943–1988)*. Belém: Açaí, 2009.
- MEDEIROS, Luciane Simões; NOGUEIRA, Maria Fernanda & DUARTE, Priscila Helena Pereira (orgs.). *Arquivo Percival Farquhar: caminhos de ferro no Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024.
- NUNES, Janary Gentil. *Confiança no Amapá*. 5 ed., s.a. Macapá: 1962.
- PENNAFORT, Hélio. *Micro Reportagem*. Imprensa Oficial. Macapá: 1985.
- _____. *Amapaisagens*. Imprensa Oficial, Macapá: 1992.
- PICANÇO, Estácio Vidal. *História do Amapá*. Imprensa Oficial. Macapá: 1983.
- RAYOL, Osvaldino. *A utopia da terra na fronteira da Amazônia*. O Dia, Macapá, 1992.
- REIS, Arthur César Ferreira Reis. *Território do Amapá: perfil histórico*. Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1949.

- REVISTA AVENTURA NA HISTÓRIA. *Cruz nazista no meio da Amazônia?* A insólita Expedição Jari. Acesso em: 27 nov. 2024. Link: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/colonizacao-nazista-na-amazonia-expedicao-jari.phtml>
- SANTOS, Esmeraldina dos. *Histórias do meu povo*. Confraria Tucuju. Macapá: 2002.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970*. Grafinorte, Belém: 2006.
- _____. *História do Amapá*. Valcan. Macapá, 1994.
- SARNEY, José & COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Coleção Brasil 500 anos. Senado Federal, Brasília, 1999.
- TOSTES, José Alberto. *Planos diretores no Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Tostes Editora. Macapá: 2006.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Fronteira: expansão e integração no Brasil e na Guiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

O AUTOR

Renivaldo Nascimento da Costa é escritor, jornalista e pesquisador amapaense cuja trajetória se entrelaça com a história cultural, social e comunicacional do Amapá. Casado e pai de três filhos, construiu sua carreira entre o jornalismo, a literatura, a educação e a pesquisa histórica, tornando-se uma referência na defesa da cultura local e da memória social do estado.

Licenciado e bacharel em Ciências Sociais, bacharel em Direito e especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Amapá (2017), é servidor público estadual do Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, onde atuou na área da inclusão e do Atendimento Educacional Especializado. Além da carreira acadêmica, mantém forte vínculo com o jornalismo e a literatura, unindo prática profissional e reflexão crítica.

Sua trajetória jornalística começou em 1994, consolidando-se como jornalista e sociólogo. Atuou em alguns dos principais veículos do estado e do país: foi editor-chefe do *Diário do Amapá* e do *Diário Marco Zero*, diretor de jornalismo das afiliadas locais do SBT, Record e Band, correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, além de editor e revisor em periódicos como o *Jornal Amapá Estado* e *O Liberal Amapá*. No rádio, trabalhou na Rádio Difusora de Macapá como repórter e redator.

Na esfera pública, ocupou funções de destaque como assessor de comunicação social da SECOM, diretor do Departamento Central de Notícias, assessor de comunicação da UNIFAP, secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Macapá e assessor de comunicação do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amapá (SETAP).

Paralelamente, firmou-se como escritor e pesquisador. Desde 1993, publica artigos e crônicas na imprensa amapaense, tendo mantido entre 1996 e 2010 uma coluna permanente no *Diário do Amapá*. Participou de antologias importantes, como a coletânea da *Confraria Tucuju* em 2000, em homenagem aos 500 anos do Brasil, e das *Coletâneas de Poetas, Contistas e Cronistas do Meio do Mundo* (2010). É autor do livro *Papo de Boteco*:

contos e crônicas escritos no Bar do Abreu (2010), um retrato da boemia e da memória cultural macapaense. Em 2022, publicou, em coautoria com Joab Costa Moraes, a obra *Leis e Direitos de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista*, referência em educação inclusiva e direitos sociais.

Sua atuação cultural vai além da literatura: em 2003 e 2004 dirigiu peças clássicas de Nelson Rodrigues – *Valsa nº 6* e *Anjo Negro* – e organizou a Semana Nelson Rodrigues, evento que trouxe ao Amapá o jornalista Paulo César Rodrigues, filho do dramaturgo. Também é compositor premiado e membro ativo da Associação Amapaense de Escritores (APES), da Associação dos Músicos e Compositores do Amapá (Amcap), da Sociedade Latino-Americana de Escritores (SLAE) e maçom filiado ao Grande Oriente do Brasil no Amapá.

Sua trajetória é marcada por reconhecimento público. Entre seus diversos prêmios e homenagens estão: o *Troféu Imprensa Hermínio Gurgel* (1997), o Prêmio FIEAP de Comunicação (1997 e 2000), o Prêmio Uecsa (1998 e 2001), o Prêmio Imprensa (2005), o Destaque Cultural concedido pelo Conselho Estadual de Políticas Culturais e Biblioteca Pública Elcy Lacerda (2019), além da Medalha e Placa de Reconhecimento da CAAAP/OAB e o Certificado do Ministério Público (2021), que celebraram sua atuação como comunicador durante a pandemia. Recebeu ainda votos de louvor da Câmara Municipal de Macapá em 1997 e 2017.

Atualmente, dedica-se a novos projetos de pesquisa e memória cultural. O livro *As histórias da História do Amapá*, que resgata episódios pouco conhecidos da historiografia local, é um projeto no qual se dedica desde 2023; organiza a cartilha *Meu filho pode ser autista! E agora?*, voltada a orientar famílias sobre inclusão; e produz o documentário *Filhos do IETA*, que recupera a trajetória de personalidades formadas pelo Instituto de Educação do Amapá.

A obra de Renivaldo Costa reflete a pluralidade de sua trajetória: o jornalista comprometido com a verdade, o sociólogo atento às transformações sociais, o escritor que preserva a memória coletiva e o pesquisador que busca iluminar capítulos esquecidos da história amapaense. Sua vida e produção consolidam-no como uma das vozes mais atuantes na construção cultural, educacional e comunicacional do Amapá.

A história oficial registra datas e acontecimentos. A memória de um povo guarda algo mais: as vozes, os episódios esquecidos e as narrativas que dão sentido ao passado. Em *As histórias da História do Amapá*, Renivaldo Costa reúne relatos, personagens e acontecimentos que revelam um Amapá múltiplo, surpreendente e profundamente humano – onde memória, cultura e história se entrelaçam para contar o Brasil a partir de sua fronteira norte.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

